

Fórum de Lisboa de 2026 promete ser uma das maiores edições da história do evento

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Metade das bets que atuam no Brasil são ilegais

Relatório do TCU estima que todo ano país perde de R\$ 26 bilhões a R\$ 40 bilhões em arrecadação, além do risco de envolvimento das casas de aposta com lavagem de dinheiro

e financiamento do terrorismo e narcotráfico. Para o consumidor, também um problema, porque não há qualquer proteção. O tribunal recomenda maior integração na fiscalização.

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) - PÁGINA 5

Ações ameaçam chapa de Flávio

Depois do seu envolvimento no caso Master, ações que já começam a ser preparadas por seus adversários pode-

rão vir a resultar mesmo na cassação da chapa de Flávio Bolsonaro à Presidência por abuso de poder econômico.

TALES FARIA PÁGINA 4

DF testa 1º ônibus escolar 100% elétrico

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 15

R\$ 4,5 milhões para organizar acervo de Lula

Ricardo Stuckert/Presidência da República



A Universidade Federal do ABC tem 15 dias para dar explicações ao TCU sobre os gastos de R\$ 4,5 milhões que teve para organizar o acervo pessoal do

presidente Lula. A instituição, que tem como reitor Dácio Roberto Matheus (na foto com Lula) recebeu esses valores após contrato com a Casa Civil

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

Inteligência Artificial e Democracia

JUSTIÇA (MINISTRO KASSIO NUNES MARQUES) PÁGINA 11

DF: 340 mil doses contra a influenza

Campanha de vacinação termina no dia 30. E, apesar dos números, meta de imunização não foi atingida ainda. A Saúde do DF reforça importância.

PÁGINA 15

Derrubada de veto irá parar na Justiça

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) irá recorrer à derrubada pelo Congresso do veto presidencial que proibia doações em ano eleitoral.

CORREIO BASTIDORES PÁGINA 7

LEONARDO BOFF

A corrupção naturalizada desmascarada

PÁGINA 8

LUMMERTZ

O novo feudalismo digital

PÁGINA 8

CPMI e Trump: Flávio tenta reagir

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) passou a defender publicamente a instalação de uma CPMI para investigar o caso do Master.

PÁGINA 6

“Velho Chico”: rio fica pleno no RN

Obras de transposição do São Francisco no Rio Grande do Norte entram na reta final, atingindo a divisa com a Paraíba

PÁGINA 18

Leo Aversa/Divulgação



O Festival Remexe Rio ocupa a Praça XV e o Paço Imperial neste fim de semana com shows gratuitos de Adriana Calcanhotto (foto), Zeca Baleiro, Alice Caymmi, Natasha Llerena, Lenna Bahule e artistas de Portugal, Cabo Verde, Angola e Moçambique. Páginas 1 e 2

Morana Lusofonia



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Universidade Federal do ABC apresente, em até 15 dias, explicações sobre os gastos de R\$ 4,5 milhões destinados à organização do acervo documental privado do presidente Lula (PT). A decisão foi assinada nesta terça-feira (19/5) e dá prosseguimento à investigação sobre um contrato firmado entre a instituição e a Casa Civil da Presidência.

A Corte exigiu que a universidade forneça informações detalhadas sobre a execução do contrato, que prevê a manutenção, digitalização e guarda dos documentos. Foram exigidas a metodologia utilizada para definir os custos do projeto, a memória de cálculo, pesquisas de preços, gastos indiretos e justificativas técnicas para o valor global.

“Autorizar a realização de diligência junto à Universidade Federal do ABC, com fundamento no art. 157 do RITCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie sobre os indícios apontados na instrução da Unidade Técnica”, diz trecho da decisão obtida pela coluna, relatada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

A Corte também pediu esclarecimentos sobre a equipe envolvida, os contratos já realizados ou planejados, os valores já gastos e o estágio atual das atividades de transferência, triagem, higienização, digitalização e guarda do material.

A decisão ocorre após apresentação feita pelo deputado

TCU cobra explicações após Lula destinar R\$ 4,5 milhões a universidade para montar acervo pessoal

Ricardo Stuckert/Presidência da República

federal Ubiratan Sanderson (PL) no tribunal. O parlamentar questionou o uso de recursos públicos no projeto, executado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Casa Civil da Presidência da República e a Universidade Federal do ABC.

No despacho, Walton afirmou haver “plausibilidade jurídica” nos questionamentos apresentados, especialmente em relação à economicidade da contratação.

Apesar de determinar o aprofundamento da fiscalização, o TCU negou o pedido para suspender imediatamente o contrato. O tribunal avaliou que não estão presentes os requisitos para a concessão de medida cautelar, porque o projeto já se encontra em estágio avançado de execução financeira.

Casa Civil responde

A investigação apura o TED firmado entre a Casa Civil e a Fundação Universidade Federal do ABC. O contrato prevê a aplicação de recursos em serviços como organização, tratamento técnico, digitalização, transporte e guarda provisória do acervo.

O material reúne documen-



Dácio Roberto Matheus, reitor da UFABC, em evento com o presidente Lula

tos, fotos, vídeos e outros itens acumulados ao longo da trajetória política de Lula e ficará armazenado em São Bernardo do Campo (SP). A cidade é o berço político e reduto histórico do petista.

A assessoria de imprensa da Casa Civil afirmou que a medida está amparada na legislação vigente. Segundo o órgão, “a preservação dos acervos documentais privados de ex-presidentes da República é uma política de Estado prevista na Lei nº 8.394/1991. Esses acervos são considerados de

interesse público e integram o patrimônio cultural brasileiro”.

Reitor é aliado de Lula

A investigação atinge uma universidade cujo comando mantém proximidade política com o presidente Lula. Em março deste ano, durante cerimônia em homenagem póstuma ao ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, o reitor da Universidade Federal do ABC, Dácio Roberto Matheus, fez críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) diante de Lula e ministros do governo federal.

Na ocasião, Dácio afirmou que, após 2016, as universidades públicas sofreram “cortes orçamentários” e “ataques diretos” ao ensino e à pesquisa. “Sobrevivemos à pandemia e ao pandemônio”, declarou o reitor, em referência ao governo Bolsonaro.

O dirigente da UFABC também ressaltou a relação de Lula com a universidade ao lembrar que a proposta de conceder o título de Doutor Honoris Causa a Mujica surgiu após sugestão do petista, em seminário realizado em 2015.

Operação Lava Jato

O acervo presidencial de Lula já esteve no centro de investigações da Operação Lava Jato. Em 2017, o empresário Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, confirmou ao então juiz Sergio Moro que a empreiteira OAS pagou pelo armazenamento dos materiais do petista em um depósito da transportadora Granero.

Segundo as investigações da força-tarefa, a OAS desembolsou cerca de R\$ 1,3 milhão para custear o armazenamento dos bens entre 2011 e 2016. O Ministério Público Federal (MPF) apontava o pagamento como suposta vantagem indevida ao ex-presidente.

A defesa do petista sustentou que o acervo possui interesse histórico e cultural. Paulo Okamoto e Lula foram absolvidos no processo.

PT diz ao STF que Lei da Dosimetria pune roubo de celular com mais rigor que tentativa de golpe

O PT e partidos aliados afirmaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Lei da Dosimetria faz com que um condenado por roubo de celular permaneça mais tempo preso em regime fechado do que alguém condenado por tentativa de golpe de Estado. A argumentação consta na ação apresentada pela federação formada por PT, PCdoB e PV contra a nova legislação.

Na petição, as legendas sustentam que as mudanças aprovadas pelo Congresso reduzem excessivamente as penas aplicadas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro e enfraquecem a proteção constitucional à democracia.

“O roubo de celular permanece mais tempo em regime fechado do que o golpista que tentou derrubar o governo demo-

craticamente eleito”, afirma o documento protocolado no STF.

“Inversão de valores”

Segundo os autores da ação, a nova regra permite que condenados pelos crimes previstos nos artigos 359-M-A e 359-M-B do Código Penal tenham redução de pena e progressão de regime em poucos meses.

O texto diz que, após a aplicação dos novos dispositivos, um condenado poderia progredir ao regime semiaberto “após aproximadamente 3 meses”. Em seguida, compara o cenário ao crime de roubo simples. “Compare-se com um condenado por roubo simples, que recebe pena mínima de 4 anos e deve cumprir 25% (1 ano) para progressão de regime”.

“Essa inversão de valores configura proteção manifestamente

deficiente ao bem jurídico ‘ordem democrática’, em violação ao dever constitucional de tutela adequada imposto pelo art. 5º, XLIV, da Constituição Federal”, afirma a ação.

A petição sustenta ainda que a lei cria tratamento mais brando justamente para crimes contra o Estado Democrático de Direito. “Trata-se de previsão que inverte completamente a lógica constitucional, que determina tratamento mais severo – não mais brando – às ações de grupos contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”, afirma o documento.

A ação foi apresentada pelos partidos contra a chamada Lei da Dosimetria, promulgada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União). O caso tramita no STF sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

PF devolve equipamentos de jornalista que escreveu sobre Flávio Dino

A Polícia Federal (PF) devolveu, nesta quinta-feira (21/5), os equipamentos eletrônicos do jornalista Pablo Luís. Os aparelhos haviam sido apreendidos no dia 10 de março, por ordem do ministro Alexandre de Moraes (STF), após o comunicador escrever reportagem sobre o também ministro Flávio Dino.

A devolução de dois celulares e um notebook ocorre um dia após a coluna mostrar que o jornalista estava tendo dificuldades, junto à PF, para reaver o material apreendido, mesmo com autorização judicial de Moraes.

“Finalmente, depois de dois meses, mais de dois meses, recuperei meus equipamentos de trabalho, celular, os dois celulares, o HD externo e o meu MacBook. Obrigado a Deus! Quero agradecer a todos que me deram apoio, que se manifesta-

ram, a grande imprensa e todo mundo que me mandou mensagem. Amém!”, afirmou Pablo em vídeo enviado à coluna.

Os equipamentos haviam sido apreendidos pela PF durante operação autorizada por Moraes no âmbito de investigação sobre suposta perseguição à família de Flávio Dino. A medida ocorreu após a publicação de reportagens sobre o uso de um veículo ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão por familiares do ministro do STF.

Em abril, Moraes autorizou a devolução dos aparelhos após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas o material permaneceu retido por mais de um mês na Superintendência da PF no Maranhão.

PINGA-FOGO

■ **FÓRUM DE LISBOA DEVERÁ TER UMA DAS SUAS MAIORES EDIÇÕES** - Na primeira semana de junho deverá ocorrer uma das maiores edições do Fórum de Lisboa. A XIV edição será realizada nos dias 1º, 2 e 3 de junho de 2026, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e organizado pelo IDP (Instituto de Direito Público, pelo Lisbon Public Law (LPL) e pela Fundação Getúlio Vargas - Justiça. Na programação oficial, o evento é apresentado como um dos mais relevantes fóruns internacionais dedicados à análise dos grandes desafios institucionais contemporâneos, reunindo líderes públicos, acadêmicos, juristas, gestores e especialistas de destaque do Brasil, de Portugal e de diversos outros países.

■ Em 2026, o tema central "Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais" orientará debates de alto nível sobre as transformações do cenário global, o impacto das novas tecnologias e os novos contornos da democracia, da economia e da organização social dos Estados.

■ **Os ministros do STF Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Flávio Dino já confirmaram que estarão presentes.**

■ **FERIADO AJUDARÁ A TURBINAR O FÓRUM DE LISBOA** - A data do Fórum de Lisboa foi antecipada pela realização da Copa do Mundo e das eleições gerais. Ele ocorre na semana do Feriado de Corpus Christi e será celebrado no dia 4 de junho, uma quinta-feira. A data não é considerada feriado nacional pelo governo federal, sendo classificada como ponto facultativo para o funcionalismo público. O dia 05 deverá ser ponto facultativo estadual e municipal, o que facilitará a agenda de viagem dos participantes do Fórum de Lisboa.

■ **FGV GARANTE PROTAGONISMO DO RIO NO FÓRUM DE LISBOA** - O Rio tem um papel especial no Fórum de Lisboa, já que a cidade é a sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma das principais organizadoras do evento, através da atenção especial dada pelo presidente da FGV, professor Carlos Ivan Simonsen, e por Sidnei Gonzalez, Diretor da FGV Conhecimento.

■ **PRESENÇA CARIOCA NO FÓRUM DE LISBOA** - O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, já confirmou a sua presença e deverá participar de um dos painéis.

■ **Os principais nomes do mundo jurídico fluminense estarão presentes e os principais desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio.**

■ **DOUGLAS RUAS PODE ASSUMIR O GOVERNO NOS DIAS DA VIAGEM DE COUTO** - Um dos nomes mais esperados é o do desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça, que está à frente do Governo do Estado. Se ele confirmar a viagem, o processo sucessório é simples: o presidente da Alerj, Douglas Ruas, assume a chefia do Executivo por apenas uma semana. No regresso de Lisboa, Couto reassume o governo estadual, já que a liminar está em vigor. Os dois mantêm um respeitoso diálogo institucional.

■ **Só haverá problema se o presidente da Alerj também estiver no exterior no mesmo período.** Neste caso, fica a dúvida sobre quem seria o Governador.

Aneel homologa leilão de energia por unanimidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, nesta quinta-feira (21), em reunião pública extraordinária de sua diretoria, os dois Leilões de Reserva de Capacidade na Forma de Potência (LRCAP 2026) realizados em março, com entregas programadas já para 2026.

Os diretores da agência reguladora confirmaram que não há entrave jurídico, judicial, administrativo ou de controle externo que impeça a homologação do resultado e adjudicação do certame.

A decisão unânime foi tomada após avaliação dos elementos do processo, inclusive a decisão judicial superveniente, a manifestação do Ministério Público Federal (MPF) e o despacho do Tribunal de Contas da União (TCU).

O 1º dia de certame, realizado em 18 de março, contratou 18,97 gigawatts (GW) de energia de hidrelétricas e termelétricas a gás natural e a carvão, com investimentos totais de R\$ 64,5 bilhões e entregas entre 2026 e 2031. O deságio foi de 5,52%, representando economia de R\$ 33,64 bilhões.

Já o segundo dia de leilão, em 20 de março, negociou 501,321 megawatts (MW) de usinas a óleo combustível, diesel e biodiesel, com contratos de 3 anos e deságio de 50,14%, gerando economia estimada de R\$ 1,83 bilhão.

Em seu voto, o relator Fernando Mosna destacou que a ANEEL cumpriu rigorosamente todas as etapas previstas no edital e que inexistem medidas cautelares do TCU ou decisões judiciais suspendendo o leilão.



Reprodução/YouTube



Decisão foi durante reunião pública extraordinária realizada na quinta-feira, 21 de maio

Ele argumentou que não cabe à agência analisar a modelagem do certame, responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas apenas verificar se o pregão ocorreu dentro das diretrizes estabelecidas. "O papel destinado à Aneel é a operacionalização do leilão", afirmou.

O Diretor-Geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, destacou o intenso debate em torno da matéria e elogiou o papel da agência na formulação. Já o Procurador-Geral da ANEEL, Eduardo Ramalho, disse que a ANEEL deve exercer suas atribuições baseadas no poder concedente, não cabendo à agência revogar o certame.

"A agência deve assegurar a regularidade do procedimento licitatório conforme as diretrizes estabelecidas. Controvérsias institucionais ou críticas ao mérito das decisões não autorizam, por si sós, a paralisação do certame", assegurou o procurador.

Abrajet vê decisão acertada

Após a decisão da ANEEL, a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abrajet) repercutiu a homologação. Em nota, a entidade disse que a decisão que dá prosseguimento ao processo de homologação e adjudicação do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) "é acertada e necessária".

"A realização do leilão de reserva, desenhado e debatido ao longo dos últimos cinco anos por atores do setor elétrico, é uma medida essencial para garantir segurança à gestão do sistema elétrico nacional", afirmou.

Ainda de acordo com a nota, a validação do LRCAP é um processo necessário para assegurar a confiabilidade do sistema. "Fontes renováveis precisam coexistir com a geração a gás natural pra dar segurança ao sistema e acompanhar o crescimento econômico. Arriscar a segurança energética do país é colocar o futuro da economia do Brasil em um caminho perigoso e incerto".

Feira do HotéisRIO e da ABIH-RJ ofereceu vagas de emprego na hotelaria

O HotéisRIO (Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Município do Rio de Janeiro), a ABIH-RJ (Associação Brasileira

da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro) e a SMTE (Secretaria Municipal de Trabalho e Renda) realizaram na quarta-feira,

dia 20, no Hotel Hilton Barra, a "Trabalha Rio Hotéis", feira que reuniu vagas de emprego no setor hoteleiro.

Fotos HotéisRIO



A feira busca ampliar as oportunidades de emprego e o fortalecimento da conexão entre o setor hoteleiro e profissionais que desejam desenvolver carreira na área da hospitalidade



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO, durante a feira realizada no Hotel Hilton Barra



Divulgação

O Grupo Sony Music Brasil e o Rock in Rio Brasil anunciaram a renovação da parceria para a edição de 2026 do festival. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa realizada no Rio, com a participação de Wilson Lannes, COO do Grupo Sony Music Brasil; Zé Ricardo, Vice-Presidente Artístico da Rock World; Roberto Verta, curador do Palco Supernova; e Ana Decache, Diretora de Marketing da Rock World



Rosane Naylor

O desembargador Fernando Cerqueira Chagas completa seis meses à frente da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-RJ com um balanço expressivo de celeridade e eficiência. O dado mais significativo do período é a redução de 87,2% no estoque de processos pendentes de decisão (PCEs) entre dezembro de 2025 e abril de 2026. A gestão estratégica também conquista uma redução nos processos de abuso de poder, caíram 32%. No mesmo sentido, as ações penais mantiveram estabilidade com ganho de produtividade, enquanto os inquéritos recuaram 22%, somando 153 baixas e 135 decisões

Tales Faria

Ações “preparatórias” contra Flávio ameaçam a chapa com cassação

Pré-candidato do PL a presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) será alvo de ações que podem resultar até na cassação da sua chapa pela Justiça Eleitoral.

Motivos: o pedido a Daniel Vorcaro, dono do liquidado Banco Master, de R\$ 134 milhões para financiar o filme “Dark Horse”, assim como seu encontro com o banqueiro quando este já estava em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica.

O ex-presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na Procuradoria Geral Eleitoral “procedimentos preparatórios” visando ações de “Investigação Judicial Eleitoral” contra o candidato.

As ações apontam ilícitos que, se confirmados pela Justiça Eleitoral, em outros casos já resultaram até em perda de mandato após a posse como chefe de Poder Executivo. Chinaglia elencou:

- Abuso de poder econômico (artigo 22 da Lei Complementar 64/1990);
- Abuso de poder político (artigo 22 da mesma Lei Complementar);
- Uso indevido dos meios de comunicação social (também no artigo 22);
- Arrecadação e gasto ilícito de recursos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, chamada Lei das Eleições);
- Doação de fonte vedada (artigos. 23, 24, 24-C e 30-A da mesma lei).

O requerimento caracteriza o filme como propaganda eleitoral explícita, lembrando à Justiça que “o lançamento previsto é para 11 de setembro de 2026”. Ou seja, em pleno período eleitoral, a

menos de um mês do primeiro turno, marcado para o dia 4 de outubro.

Além disso, o deputado afirma que o longa metragem atua como uma “megapeça de propaganda disfarçada” que exalta a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pai do candidato e reproduz “teses conspiratórias e fake news contra a democracia brasileira”, ao afirmar, no roteiro, que fraudes nas urnas teriam sido “abundantes”.

No entanto a ação judicial é centrada “na total inviabilidade econômica do projeto”, que exporia uma engenharia financeira suspeita. O orçamento de R\$ 134 milhões, negociado por Flávio Bolsonaro, foge da realidade do cinema nacional.

No documento, Chinaglia diz que, para cobrir custos e obter o lucro de 20% prometido aos investidores, “o filme precisaria alcançar uma bilheteria irreel de até R\$ 804 milhões”. Aponta como base de comparação, que a maior bilheteria da história do cinema brasileiro arrecadou R\$ 181 milhões.

O deputado sugere que o levantamento de recursos pode ter outra finalidade: “A conta não fecha. O hiato entre o aporte realizado e o retorno comercial, tido como impossível, constitui forte indício de ilicitude”.

A suspeita levantada por Chinaglia é de que o filme está sendo usado para triangular recursos públicos. Ele lembra que a produtora da obra, GoUp Entertainment, tem a mesma sócia-administradora de ONGs que receberam mais de R\$ 111 milhões da Prefeitura de São Paulo e de emendas parlamentares — “verbas que já são alvos de investigação policial por suspeita de notas frias”.

Fernando Molica

A dívida pesada da direita

A relação da direita, em particular do PL, com Jair Bolsonaro se assemelha àquela dívida que caracteriza uma forma de escravidão: trabalhadores enganados descobrem, ao chegarem em uma propriedade rural, que acumulam débitos por transporte, alojamento e habitação. Esse tipo de compromisso é impossível de ser quitado.

Diferentemente desses lavradores, a direita sabia onde estava se metendo ao avalizar o bolsonarismo e recebeu seu pagamento, milhões e milhões de votos que viabilizaram mandatos, poder e, eventualmente, bons negócios.

A derrota em 2022 não chegou a abalar a relação, o PL e partidos do Centrão elegeram muita gente, garantiram verbas de fundos partidário e eleitoral, liberação de emendas não obrigatórias e cargos no governo federal — até integrantes mais pragmáticos do partido de Bolsonaro conseguiram se ajeitar com o Planalto. Minoritário no Congresso, o governo precisou se render ao varejo do toma lá-dá cá para tentar aprovar projetos, e com frequência foi derrotado.

Nem mesmo o julgamento dos golpistas feriu a direita de maneira decisiva com exceção de casos isolados, como o do ex-deputado Alexandre Ramagem. O universo político tradicional escapou quase ileso da apuração da Polícia Federal, das denúncias da Procuradoria-Geral da República e das condenações do Supremo Tribunal Federal.

Indicado pelo pai para concorrer à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também não pareceu ser contaminado pela onda contra golpistas, tanto que vinha crescendo nas pesquisas eleitorais até o surgimento de suas conversas com Daniel Vorcaro.

A repercussão do caso e o dano à candidatura já detectador por duas pesquisas — Atlas/Intel e Vox — mudaram o jogo. Dessa vez, candidatos ao Legislativo e aos governos estaduais podem ser afetados pelas relações entre o primogênito de Jair Bolsonaro com o ex-proprietário do Banco Master.

Quase todos já tiraram casquinha na popularidade do ex-presidente e do senador, vai ficar difícil negar as ligações. Ficou menor a chance de muita gente se eleger no vácuo de um representante do clã, a conta ficou alta demais.

O histórico de Bolsonaro-pai e manifestações dele nos últimos dias indicam que ele não aceitará a retirada da candidatura que abençoou: defensor de sua própria família, prefere a reeleição do presidente Lula (PT) à ascensão de uma liderança à direita que deixe seu clã em segundo plano.

Ao exigir a manutenção de Flávio na cabeça de chapa do PL ao Planalto, ele exhibe aos aliados o tamanho da dívida por eles acumulada, a casa, a comida, e a roupa lavada. E, ao mesmo tempo, aponta para o sistema de segurança de sua propriedade, para os muros e para os milhões de eleitores que o seguem.

De frente para um dilema, aliados tentam ganhar tempo, esperam que as pesquisas eleitorais confirmem uma possível inviabilidade da candidatura de Flávio Bolsonaro, o que poderia justificar um rompimento e evitar a pecha de traição. O desafio, porém, será argumentar com base na racionalidade eleitoral com uma parcela da população trata a política com a lógica da fé, do embate do bem e do mal.

EDITORIAL

Os cuidados com o IR nesta reta final de envio

À medida que se aproxima o prazo final para a entrega da declaração do Imposto de Renda, milhões de brasileiros correm contra o relógio para cumprir uma obrigação que exige atenção, organização e responsabilidade. É justamente nessa última semana que aumentam os riscos de erros capazes de levar o contribuinte à chamada “malha fina”, situação que provoca atrasos na restituição, necessidade de comprovações adicionais e, em alguns casos, multas e cobranças da Receita Federal.

A pressa é inimiga da precisão. Muitos contribuintes deixam para declarar nos últimos dias e acabam preenchendo informações sem conferência adequada. O problema é que a Receita dispõe hoje de sistemas altamente sofisticados de cruzamento de dados. Informações sobre salários, movimentações bancárias, despesas médicas, aplicações financeiras e até operações com cartões de crédito são comparadas automaticamente com os dados enviados por empresas, bancos, hospitais e planos de saúde. Qualquer divergência pode acender o alerta do Fisco.

Entre os erros mais comuns estão a omissão de rendimentos, especialmente de trabalhos temporários, freelances ou alugueis; a inclusão de dependentes em mais de uma declaração; e a dedução indevida de despesas médicas sem comprovantes válidos. Também é frequente a digitação incorreta de valores, CNPJs e informes finan-

ceiros. Pequenos deslizes podem gerar grandes dores de cabeça.

Outro ponto importante é evitar a tentação de “aumentar” despesas dedutíveis para elevar a restituição. Essa prática, além de ilegal, tornou-se facilmente identificável pelos mecanismos de fiscalização eletrônica. O contribuinte precisa compreender que a declaração não deve ser vista como uma oportunidade de improviso, mas como um retrato fiel da sua situação financeira.

Especialistas recomendam separar toda a documentação antes do preenchimento e revisar cada campo com calma, mesmo diante da pressão do prazo. Conferir os informes de rendimento, guardar recibos médicos e verificar dados de dependentes são atitudes simples que reduzem significativamente o risco de inconsistências.

Também vale lembrar que entregar a declaração dentro do prazo, ainda que incompleta, pode ser menos prejudicial do que não entregá-la. Informações podem ser corrigidas posteriormente por meio de declaração retificadora, sem cobrança de multa por atraso.

Num cenário em que a tecnologia amplia a capacidade de fiscalização do Estado, agir com transparência e atenção deixou de ser apenas prudência: tornou-se necessidade. Na reta final do Imposto de Renda, o melhor caminho para evitar a malha fina continua sendo o mais básico: declarar com honestidade, organização e cuidado.

Opinião do leitor

Pentecostes

Na solenidade de Pentecostes, que será celebrada, neste domingo, no dia 24 de maio, cada cristão é convidado a levar uma vida segundo o Espírito de Deus. Amparados nos dons espirituais e invocando sempre o espírito Paráclito e consolador que vem do Alto, nenhum cristão se sentirá sozinho ou desmotivado.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

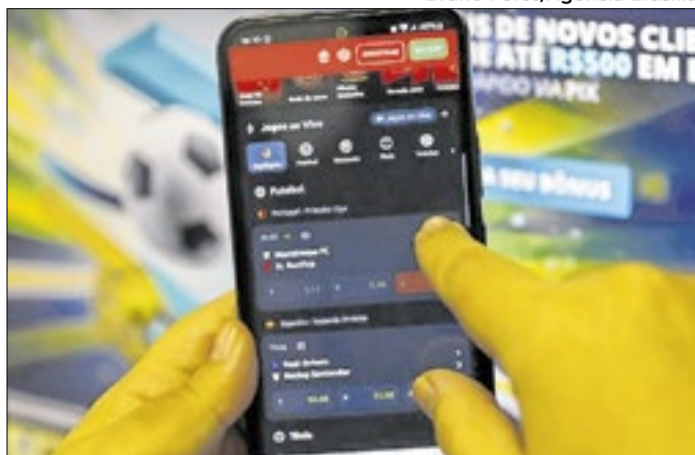
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Bruno Peres/Agência Brasília



Entre 40% e 51% das casas de aposta são ilegais

Mais da metade das bets atua de forma ilegal no Brasil

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que embasou voto do ministro Jorge Oliveira traz um dado estarrecedor: cerca de metade das apostas bets que são feitas no Brasil são ilegais, estão relacionadas a casas que não têm autorização para atuar no país. O dado baseia-se em um estudo elaborado pela LCA Consultoria Econômica a pedido do Instituto Jogo Responsável. Segundo esse estudo, no cenário mais otimista, 40% do jogo em bets é ilegal. No cenário, mais pessimista, 51%. Tal constatação tem mais de um efeito danoso. O primeiro é que a cada ano cerca de R\$ 26 bilhões a R\$ 40 bilhões estão deixando o Brasil pelo ralo: é dinheiro não contabilizado no país, que não paga imposto nem entra formalmente.

Jogo ilegal não dá garantia alguma

O segundo ponto igualmente fundamental: sem regulamentação, esses jogos ilegais não dão garantia alguma ao apostador. Se a pessoa joga e ganha, não tem qualquer garantia de que receberá de fato o valor que ganhou. E, se não receber, esse apostador não tem também para quem reclamar. E, ainda que reclame, os mecanismos brasileiros de regulamentação e a justiça não têm como acionar essa bet ilegal.

Marcos Oliveira/Agência Senado



TCU recomenda maior integração das ações

Fiscalização falha, segundo tribunal

Com a nova regulamentação feita no ano passado, as bets que ficaram legais pagam tributos. “Mesmo assim, operadores ilegais continuam atuando no mercado de apostas no Brasil, o que gera um desafio para o governo”, aponta o relatório. A tarefa do TCU foi justamente procurar saber como o governo encara esse desafio. E os achados não foram os melhores. Há, segundo o tribunal, uma “fragmentação de ações governamentais, que dificulta o combate efetivo a casas de apostas ilegais e pode facilitar operações de lavagem de dinheiro”.

Falta melhor monitoramento

O país, diz o relatório do TCU, não estaria preparado para monitorar o funcionamento dessas casas de apostas, os sites cujos endereços não estão no Brasil mas aqui podem ser acessados. Com uma capacidade, além disso, de conseguir coibir, retirar o acesso ou exigir que a operação daquela plataforma se torne legal e funcione dentro das normas do país.

POR
RUDOLFO LAGO

Garantias

Não é apenas o prejuízo econômico para o país. O prejuízo da aposta num site ilegal pode ser do próprio apostador. “O mercado ilegal também não possui mecanismos de proteção ao consumidor, como bloqueio de menores de idade, controle de vício e canais oficiais para denúncias”, diz o relatório.

Crime

Há ainda a forte suspeita de envolvimento dessas casas de aposta com o crime. O relatório aponta riscos de envolvimento com “lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo”. O Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), criado para combater tais crimes, recomenda que os países tenham atenção.

Integração

Tudo isso, na visão do TCU, exige uma integração de forças do governo federal. É necessário um trabalho conjunto que envolva Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério da Justiça, Polícia Federal. E também Ministério Público e órgãos da Justiça. Ou o dinheiro das bets seguirá descendo pelo ralo.

Coordenação

“No âmbito dos órgãos envolvidos na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, detectou-se a necessidade de uma melhor coordenação das ações, com melhor definição de competências e responsabilidades de cada órgão, maior grau de automatização e compartilhamento tempestivo de informações”, conclui Jorge Oliveira, em seu voto.

Bilhões

Os valores são impressionantes. Apenas no primeiro semestre de 2025, as casas de apostas legalizadas tiveram um lucro de R\$ 17,4 bilhões. É o que tecnicamente se chama de “Gross Gaming Revenue” (GGR), a receita gerada, calculada a diferença entre o valor total apostado e o que foi pago de prêmio.

Doença

Para além da perda de receita, do eventual envolvimento com crimes, o relatório lembra que o jogo vicia, adoece e endivida. Uma epidemia que envolve grandes interesses, de patrocinadores, patrocinados, times de futebol, influenciadores. Ruim, talvez, mesmo quando transparente. Muito pior quando obscuro.



DC substituiu Aldo Rebelo por Joaquim Barbosa

Aldo dobra a aposta: “Sigo candidato à Presidência”

Após troca por Joaquim Barbosa, DC ameaça expulsão

Por Gabriela Gallo

O jornalista Aldo Rebelo, ex-deputado e ex-ministro, resolveu dobrar a aposta contra o presidente da Democracia Cristã (DC), o também ex-deputado João Caldas. Apesar da nota do partido comunicando o seu processo de expulsão, Aldo ignorou a pressão e informou que seguirá com sua pré-candidatura à Presidência da República até que aconteça a convenção partidária.

“Reafirmo a determinação de prosseguir na jornada de minha pré-candidatura até a convenção partidária, instância autorizada para decidir soberanamente a escolha de candidaturas do partido”, ele afirmou por meio de nota enviada ao Correio da Manhã. Procurado insistentemente, João Caldas não retornou as ligações.

No início da semana, João Caldas comunicou que estava trocando Aldo Rebelo pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa como candidato à Presidência. O próprio Joaquim Barbosa, porém, até agora não se manifestou. Aldo, então, afirmou que manteria sua candidatura mesmo que tivesse que recorrer à Justiça. João Caldas, então, comunicou que iria expulsá-lo da legenda.

As convenções partidárias estão programadas para ocorrer entre 20 de julho e 5 de agosto, segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os

partidos e federações têm até o dia 15 de agosto para registrarem as candidaturas de seus representantes na Justiça Eleitoral.

Nesta quinta-feira (21), a direção do Democracia Cristã abriu um processo disciplinar de expulsão de Aldo Rebelo do partido. A decisão ocorre dias após o partido divulgar uma nota, assinada pelo presidente do partido João Caldas, informando que o representante da sigla na disputa ao Palácio do Planalto em outubro será Joaquim Barbosa, após Aldo não desempenhar grandes resultados nas pesquisas de intenção de voto.

Após a medida, Rebelo teceu críticas a João Caldas e disse que o presidente do DC optou por Barbosa por medo do avanço das investigações sobre o Banco Master em Alagoas.

O partido criticou as falas de Aldo e publicou uma nota divulgando o processo de desligamento dele.

“Diante do esgotamento das diversas tentativas de resolução harmoniosa — frustradas pela reiterada intransigência do recém-filiado — e tendo em vista os gravíssimos fatos e provas apurados, que afrontam os valores, os princípios, os objetivos e o Estatuto do partido, a Direção Nacional do DC delibera pela abertura imediata de procedimento disciplinar contra o referido filiado. Tal medida resultará em sua expulsão sumária”, diz a nota.

Estratégia de Flávio para estancar crise é defender CPMI do Master

Senador Davi Alcolumbre, porém, resolve sentar em cima da investigação

Por Beatriz Matos

O senador Flávio Bolsonaro (PL) decidiu subir o tom. Em meio ao avanço das investigações envolvendo o Banco Master e ao desgaste provocado pela divulgação de áudios, relações políticas e conexões financeiras com o banqueiro Daniel Vorcaro, o pré-candidato bolsonarista passou a defender publicamente a instalação de uma CPMI para investigar o caso. O movimento, porém, acontece num momento em que aliados do próprio PL admitem reservadamente preocupação com a possibilidade de novos fatos surgirem sobre a relação entre os dois.

Enquanto discursava no plenário do Congresso rodeado por aliados, atacando o governo Lula, o Supremo Tribunal Federal (STF) e cobrando a abertura da comissão parlamentar, nos bastidores já circulavam articulações sobre uma nova viagem de Flávio aos Estados Unidos (EUA). A agenda inclui tentativa de encontro com o presidente norte-americano Donald Trump e é vista por interlocutores como uma tentativa de reorganizar o ambiente político em torno do senador.

A movimentação ocorre justamente quando a delação premiada de Daniel Vorcaro enfrenta dificuldades. Depois da Polícia Federal (PF) considerar insuficiente o material entregue pelo banqueiro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) segue como única instância ainda negociando um possível acordo. Investigadores avaliam que Vorcaro ainda não apresentou informações consideradas centrais para a estrutura do caso. E avalia-se é que a tendência é o relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, não homologar a delação.

A percepção do advogado e analista político Melillo Dinis é de que o escândalo já deixou de ser apenas uma crise financeira envolvendo o Banco Master e passou a contaminar diretamente o ambiente político de Brasília.

Pressão

Na sessão do Congresso para apreciar vetos presidenciais, a questão acabou gerando forte debate. De um lado, Flávio Bolsonaro usou o plenário para sua ofensiva política. Por outro, foi cobrado pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre seu envolvimento com a crise.

Cercado por parlamentares aliados, o senador afirmou que não tem “nada a esconder” e desafiou a esquerda a apoiar a criação da CPMI.



Andressa Anhoete/Agência Senado

Cercado por aliados, Flávio cobra CPMI: “Não tenho nada a temer”

“Mais do que nunca, é necessária a instalação dessa CPMI do Banco Master”, afirmou. “Eu quero Daniel Vorcaro e Augusto Lima sentados naquela CPMI falando qual é a relação que eles tinham com Flávio Bolsonaro, qual é a relação que eles tinham com Lula e qual é a relação que eles tinham com Alexandre de Moraes.”

O discurso veio acompanhado de uma tentativa clara de deslocar o foco das acusações envolvendo seu nome para ataques ao governo federal e ao PT. Flávio repetiu críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mencionou investigações envolvendo o filho do presidente, Fábio Luiz da Silva, “o Lulinha”, e tentou associar o caso Master ao Palácio do Planalto.

Ao mesmo tempo, aliados do senador passaram a reforçar publicamente a narrativa de que Flávio teria sido apenas mais um entre diversos políticos, empresários e empresas que mantiveram relação institucional ou comercial com Vorcaro antes do escândalo vir à tona.

No discurso, o senador tentou enquadrar o financiamento do filme sobre Jair Bolsonaro como um investimento privado sem irregularidade. “Do outro lado, está o filme do presidente Bolsonaro, que recebeu investimento privado de alguém que, na época, não tinha absolutamente nada que pudesse desabonar a sua conduta”, afirmou.

Explicações

Em seguida, as falas de Flávio foram rebatidas por Lindbergh Farias.

“O senhor sobe à tribuna como se não tivesse acontecido nada”, disse Lindbergh. “Nenhuma explicação à nação, nenhuma explicação ao Brasil.”

“Só Vossa Excelência pode explicar sobre os ‘R\$ 61 milhões’”, disse Lindbergh. De acordo com o áudio que se tornou público, Flávio Bolsonaro pediu a Daniel Vorcaro R\$ 134 milhões para financiar o filme Dark Horse, cinebiografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Desse total, já teria recebido R\$ 61 bilhões.

CPMI

Tudo, porém, ficou apenas no embate retórico entre governo e oposição. Porque, na prática, pelo menos por enquanto não haverá CPMI do Banco Master. O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), indicou que não pretende avançar com a criação da comissão neste momento. Nos bastidores, líderes partidários avaliam que há receio de que uma investigação parlamentar televisada amplie ainda mais o desgaste político do caso. E há quem aponte para o risco de a crise respingar no próprio Alcolumbre,

porque o Fundo de Previdência do Amapá foi um dos que investiu recursos no Master.

Para Melillo Dinis, a resistência em abrir a comissão revela temor dentro do próprio sistema político.

“O que existe por trás desse movimento é uma lógica de contenção de danos. Há receio de que uma CPI produza vazamentos, desgaste permanente e instabilidade num momento em que o sistema político tenta chegar relativamente organizado até o fim de 2026”, afirmou.

Segundo ele, o Senado tenta evitar que o caso se transforme num novo centro de guerra política em Brasília. “Quando lideranças políticas seguram uma CPI, isso quase sempre revela que há muita gente preocupada com o tamanho do incêndio, não apenas com a fumaça”, completou.

Reação

A preocupação aumentou dentro do próprio PL. Segundo os bastidores colhidos com aliados da



Reprodução TV Senado

Lindbergh rebateu Flávio: “Explique os R\$ 61 milhões”

legenda, cresceu entre integrantes do partido o temor de que novos fatos envolvendo Flávio Bolsonaro possam surgir nos próximos meses.

Nos bastidores, integrantes do partido afirmam que “não podem ser surpreendidos” novamente e admitem que novas contradições poderiam tornar a situação politicamente “insustentável” para o senador, hoje tratado como principal nome bolsonarista para disputar a Presidência da República.

Em meio à crise, Flávio também iniciou mudanças na equipe de comunicação. O publicitário Marcello Lopes anunciou oficialmente que deixa a pré-campanha presidencial do senador. Embora a nota pública tenha atribuído a saída a questões pessoais e profissionais, nos bastidores o movimento foi interpretado como tentativa de reorganizar a gestão da crise. Agora, o publicitário Eduardo Fisher assumirá a comunicação da campanha.

Para Melillo, a troca reforça o diagnóstico interno de desgaste político. “Troca de comunicação em meio à crise nunca é casual. Isso normalmente acontece quando a avaliação interna é de que a narrativa pública começou a gerar desgaste eleitoral”, afirmou.

Segundo ele, a tentativa de aproximar Flávio Bolsonaro novamente de Donald Trump também faz parte dessa estratégia. “A viagem aos Estados Unidos e a aproximação com Donald Trump fazem parte de uma estratégia clássica de reposicionamento. Vão tentar sair da defensiva doméstica e ocupar espaço com uma agenda internacional, ideológica e simbólica junto ao eleitorado conservador.”

Na avaliação do analista, o movimento ajuda a reorganizar a militância no curto prazo, mas também pode reforçar a percepção de fragilidade política. “Em política, quando alguém muda rapidamente o foco da conversa, os adversários sempre exploram isso como sinal de preocupação real.”

Bastidor

Ao deixar o plenário do Congresso, Flávio Bolsonaro foi cercado por jornalistas e questionado sobre a possível reunião com Donald Trump. Em meio ao empurra-empurra e às gargalhadas de aliados, o senador respondeu em inglês, apesar de todos os profissionais presentes serem brasileiros.

A cena repercutiu nos corredores do Congresso e foi interpretada por parlamentares da oposição como uma tentativa de deboche diante da crise.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Para Chico Alencar, artigo é inconstitucional

Derrubada de veto que vetava doações deve parar no STF

A derrubada do veto do presidente Lula ao artigo que permite doações de "bens, valores e benefícios" mesmo nos três meses que antecedem a eleição deverá provocar outra batalha no Supremo Tribunal Federal.

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ), que na sessão afirmou que o artigo liberava a compra de votos, disse ao Correio Bastidores que sua assessoria jurídica já estava analisando o tema, com o objetivo de protocolar uma ação no STF.

Ao lado de outros parlamentares da base governista, como a deputada Erika Kokay (PT-DF), Alencar classificou que o ponto reintroduzido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é inconstitucional.

Favorecimento

Ao vetar o artigo, o governo alegou que não cabe à LDO alterar a legislação eleitoral. A lei que trata de eleições (9.504, de 1997) proíbe a "transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios" nos três meses que antecedem o pleito. Isso, para evitar o favorecimento de candidatos.

Alencar ressaltou que, pela Constituição, mudanças na lei eleitoral só entram em vigor um ano depois.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Davi Alcolumbre pautou a análise dos vetos à LDO

Liberou geral

Na prática, a nova redação da LDO ajuda partidos que dominam governos estaduais e prefeituras, que poderão fazer doações ou transferências de recursos não previstos para obras ou serviços. A lei eleitoral permite também o envio de recursos em caso de calamidades.

O artigo ressuscitado pelo Congresso, com votos principalmente da oposição, diz que essas doações não representam descumprimento da legislação eleitoral.

No veto, o governo alegou que o artigo contraria os poderes que a Constituição dá para a LDO.

Limites da lei

Segundo a Constituição, à LDO deve tratar de "metas e prioridades da administração pública federal" e estabelecer "diretrizes de política fiscal e respectivas metas".

Deverá também orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre alterações na legislação tributária e sobre a "política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

Jurista

Procurado pela coluna, o advogado Lenio Streck, professor de direito constitucional da Universidade do Vale dos Sinos (RS), afirmou que o governo está correto. Isto, ao, no veto, apontar que a questão eleitoral não pode ser tratada pela lei que estabelece diretrizes para o orçamento da União.

'Insuportável'

Autora de um dos pedidos de criação de Comissão Parlamentar Mista de Investigação sobre o Master, a deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) classifica de "insuportável" a não instalação do grupo. Em tese, PL e PT são favoráveis à CPMI, como afirmaram ontem, na sessão, parlamentares dos dois partidos.

Dono da bola

Ontem, depois de ser cobrado, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que a instalação da CPMI era prerrogativa dele. Isso, apesar de o regimento falar que sua instituição é automática durante sessão conjunta caso tenha o número mínimo de assinaturas.

Subterrâneos

Heloísa Helena afirma ter trocado mensagens com Alcolumbre antes da sessão de ontem e insistido na instalação da CPMI. Ela diz não saber se alguns dos parlamentares que assinaram os pedidos querem mesmo a investigação: "Não conheço os subterrâneos" (do Congresso Nacional), não sei o que se passa por lá", justifica.

Os lobos

Para quem conhece bem o Congresso, a resistência de Alcolumbre não é solitária, a não instalação da CPMI seria útil para o governo e oposição. Assim, cada lado pode acusar o outro sem obrigação de dar respostas. A CPMI do INSS mostrou que, diferentemente do sucesso de Alcione, chumbo trocado dói.

Bola fora

Um experiente marqueteiro diz que Flávio Bolsonaro (PL-RJ) errou ao falar em inglês que não tentará encontro com Donald Trump. O uso do idioma foi, segundo o senador, para que Lula não entendesse sua resposta. Para o publicitário, o gesto transmite uma imagem elitista e arrogante.



Veto do Congresso garante mais dinheiro em ano eleitoral

Congresso flexibiliza verba a municípios

No mesmo dia, STF julga válida construção da Ferrogrão

Por Gabriela Gallo

Municípios com até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes (ou seja, que atrasaram os pagamentos de dívidas) com a União podem realizar convênios e receber recursos federais, inclusive emendas parlamentares.

A medida é possível após o Congresso Nacional derrubar em sessão conjunta nesta quinta-feira (21) o veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026. A medida segue para promulgação e beneficia ao menos 3,1 mil municípios que estão inadimplentes.

Faltando menos de cinco meses para o primeiro turno eleitoral, o poder Legislativo flexibilizou os repasses orçamentários para os municípios.

Mirando nas demandas municipais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já tinha comunicado a sessão entre deputados federais e senadores para destravar a pauta no Congresso durante sua participação na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios na terça-feira (19).

O trecho da LDO garante que esses municípios não dependem de adimplência fiscal (cumprimento pontual de obrigações financeiras) para a emissão de nota de empenho (documento emitido pela Administração Pública que garante a reserva de

recursos orçamentários para pagar por um produto ou serviço contratado).

Além disso, os municípios não dependem de adimplência para a realização das transferências de recursos e a assinatura de convênios, bem como a doação de bens, materiais e insumos.

Outros dispositivos referentes ao veto derrubado determinam que a União é responsável por destinar recursos orçamentários para a construção e a manutenção de rodovias estaduais e municipais (para integrar transportes e escoar a produção) e para a malha hidroviária, ainda que não sejam de competência federal.

Além do Congresso Nacional, nesta quinta-feira o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou válida a lei que reduziu a área do Parque Nacional do Jamanxim (PA), para a construção da Ferrogrão, ferrovia que ainda está em fase de planejamento e deverá ser construída entre Sinop (MT) e Itaituba (PA) para escoar produção agrícola. Por nove votos favoráveis e dois contrários, os magistrados julgaram como constitucional a norma que reduziu a área ambiental preservada do Parque para construir a ferrovia. A ministra Cármen Lúcia foi a única que não participou da votação.

A construção da Ferrogrão é uma queda de braço de longa data entre ambientalistas e setores do agronegócio.

Leonardo Boff*

A corrupção naturalizada, em fim desmascarada: o banco Master

A liquidação oficial do Banco Master, cujo dono principal era Daniel Vorcaro, desmascarou uma cadeia de corrupções envolvendo praticamente as principais instituições nacionais, segundo alguns, até a suprema corte judicial. Como o tema é atualíssimo, retomo um pequeno estudo, feito há tempos, com as atualizações necessárias.

Consideremos o conceito de corrupção e sua origem histórico-social. A palavra corrupção tem sua origem na teologia. Antes de se falar em pecado original, expressão que não consta na Bíblia, se dizia que o ser humano concreto vive numa situação de corrupção. Mas foi Santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona, hoje Argélia, no ano 416 numa troca de cartas com São Jerônimo que criou a palavra pecado original, transmitido pelo ato sexual, pecado que corrompe o ser humano desde o seu nascimento. Ai usa a palavra corrupção geral. Ele explica a etimologia: corrupção é ter um coração (cor) rompido (ruptus) e pervertido. O filósofo Immanuel Kant não dizia outra coisa: "somos um lenho torto do qual não se podem tirar tábuas retas".

Em outras palavras: há uma força do negativo em nós que nos incita ao desvio que é a corrupção. Ela não é fatal. Pode ser controlada e superada, segundo Santo Agostinho, pelas virtudes e pela graça divina, senão segue sua tendência.

Como se explica a corrupção no Brasil? Identifico, com outros analistas, três razões básicas entre outras: a histórica, a política e a cultural. A razão histórica: somos herdeiros de uma perversa herança colonial e escravocrata que marcou nossos hábitos. A colonização e a escravidão são instituições objetivamente violentas e desumanas. Então as pessoas subalternas para sobreviverem, eram levadas a corromper, quer dizer: subornar, conseguir favores mediante trocas, peculato ou nepotismo.

Por exemplo, vigora corrupção sistêmica na sonegação de impostos e nas contribuições ao INSS. O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, em seu "Sonegômetro" denunciou, que nos últimos anos, a sonegação anual seria por volta de 158 bilhões. Isso é muito mais do que o "Petrolão" em apenas 5 meses (cf. Tomás Rigoletto Pernías em Brasil Debate de 25/04/2017). Muitos corrompem Procuradores ou estes se deixam corromper.

A razão política: nas palavras do sociólogo Jessé Souza: "A corrupção política, é a legitimação da elite brasileira para manipular a sociedade e tornar o Estado seu banco particular. A captura do Estado pelos proprietários, obviamente, é a verdadeira corrupção".

Ademais, importa reconhecer que o capitalismo, agora sob o nome de neoliberalismo, mas sempre como modo de produção depredador da natureza e opressor dos trabalhadores e, pior, como cultura do capital, aqui e no mundo é, um sistema, em sua lógica interna, corrupto, embora aceito socialmente. Ele simplesmente impõe a dominação do capital sobre o trabalho e da tecnologia so-

bre a natureza devastando-a sem tomar em conta as externalidades deixadas à responsabilidade do Estado. O capitalismo instalado no Brasil é periférico e selvagem, mas não em todos, e nunca passou por um processo de humanização.

Por isso, o capitalismo é por natureza antidemocrático, pois a democracia supõe uma igualdade básica dos cidadãos e direitos garantidos, aqui permanentemente violados. Querendo ser representativa dos eleitores, na verdade, representa os interesses das elites do atraso, dominantes, e daqueles que financiaram suas campanhas eleitorais e não os interesses gerais da nação. É o caso da atual Câmara dos Deputados, a pior de nossa história.

Razão Cultural: A cultura dita regras socialmente reconhecidas. Roberto Pompeu de Toledo escreveu em 1994 na Revista Veja: "Hoje sabemos que a corrupção faz parte de nosso sistema de poder tanto quanto o arroz e o feijão de nossas refeições".

Os corruptos são vistos como espertos e não como criminosos que de fato são. Via de regra podemos dizer: quanto mais desigual e injusta é uma sociedade, mais se cria um caldo cultural que permite e tolera a corrupção e a impunidade.

Especialmente nos portadores de poder se manifesta a tendência à corrupção. Quem viu claro esta conexão entre poder e corrupção foi o Lord John Emerich Edward Dalberg-Acton (1848-1902). Católico e de família aristocrática anglo-italo-alemã, foi professor de história em Cambridge. Na data de 5 de abril de 1887 escreveu uma carta a seu colega Mandell Creighton em que dizia: "O poder tem a tendência a se corromper e o absoluto poder a se corromper absolutamente"

Não sei se por pessimismo ou por realismo afirmava também: "Meu dogma é a geral maldade dos homens com autoridade; são os que mais corrompem". No Brasil isso parece se verificar.

O encaminhamento do processo contra Vorcaro e o ex-banco Master vai, seguramente, revelar uma estarrecedora corrente de corrupção, envolvendo políticos de todos os matizes e a família Bolsonaro no seu intento de forjar um filme exaltatório sobre o condenado golpista ex-Presidente.

Como superar a corrupção? De princípio, sempre confiar-desconfiando do ser humano porque nunca é imune de abusar do poder do dinheiro. Nada de dar cheques em branco. Depois, evitar a concentração de poder. A divisão dos poderes foi pensada para evitar a corrupção possível. Em seguida, o controle da sociedade usando especialmente a multimídia. Exigir sempre transparência em todos os procedimentos. Por fim punir os corruptos com penas pesadas por terem cometido um crime grave que lesa o bem comum.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>; escreve também Transparência nas pessoas e instituições Vozes 2025 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Vinicius Lummertz*

Cloud Capitalism e o novo feudalismo digital

O capitalismo está mudando de natureza. Talvez estejamos entrando numa fase histórica em que os ativos centrais da economia deixam de ser fábricas, petróleo ou território físico para se tornarem dados, inteligência artificial, computação em nuvem e controle algorítmico da vida humana.

Não é apenas uma revolução tecnológica. Pode ser uma transformação estrutural do próprio sistema econômico.

O economista Yanis Varoufakis chamou esse fenômeno de "tecnofeudalismo". Segundo ele, parte do capitalismo competitivo está sendo substituída por plataformas digitais que funcionam como verdadeiros feudos globais. Elas não vendem apenas produtos ou serviços. Controlam infraestrutura, comportamento, informação, publicidade, reputação, comunicação e parte crescente das relações sociais e econômicas.

A tese parecia exagerada há poucos anos. Hoje, começa a soar plausível.

Quando Elon Musk afirma que a inteligência artificial poderá tornar o trabalho humano secundário em grande parte da economia, ele não está falando apenas de automação. Está descrevendo uma reorganização profunda da sociedade. Quando Peter Thiel afirma que competição é para perdedores e que o objetivo real das empresas é alcançar monopólios tecnológicos, ele explicita a lógica estrutural da nova economia digital.

E quando a Palantir Technologies se transforma em peça estratégica de governos, defesa, inteligência e segurança, percebe-se que as big techs deixaram de ser apenas empresas privadas. Tornaram-se estruturas de poder geopolítico.

O historiador Yuval Noah Harari alerta que a inteligência artificial poderá criar uma "classe inútil", formada por milhões de pessoas economicamente deslocadas pela automação. Pela primeira vez, não se trata apenas de substituir partes crescentes da cognição humana, da análise técnica, da criatividade e até da produção intelectual.

Ao mesmo tempo, surge um paradoxo extraordinário.

Serviços sofisticados poderão se massificar numa escala inédita. Médicos apoiados por IA atenderão mais pacientes. Arquitetos, engenheiros, professores e advogados poderão multiplicar produtividade e alcance. Robôs humanoides assumirão tarefas repetitivas e perigosas. O acesso a serviços de qualidade poderá se ampliar dramaticamente.

Mas a pergunta central permanece: quem ficará com os ganhos dessa explosão de produtividade?

O capitalismo industrial distribuiu parte da riqueza por meio do emprego de massa, da urbanização e da formação da classe média. O cloud capitalism pode funcionar de forma diferente. Poucas empresas controlam nuvens computacionais, chips, sistemas operacionais, algoritmos, redes sociais e infraestrutura

global de inteligência artificial. Nunca tantos dados, capital e influência estiveram concentrados em tão poucas corporações privadas.

Por isso, ideias antes consideradas marginais começam a migrar para o centro do debate econômico. Renda básica universal. Participação acionária coletiva em fundos ligados à IA. Tributação automatizada da produtividade algorítmica. Novas formas de distribuição de riqueza produzida por máquinas.

A discussão deixa de ser apenas econômica. Passa a ser civilizacional.

E essa discussão já começou no mundo. Universidades, fundos de investimento, governos, centros estratégicos e líderes das grandes empresas de tecnologia passaram a debater não apenas o futuro da inteligência artificial, mas o futuro da própria sociedade diante dela.

O Brasil, porém, ainda discute muito pouco essas transformações.

Enquanto o mundo debate produtividade algorítmica, concentração digital, renda futura, reorganização do trabalho e soberania tecnológica, o debate público brasileiro segue frequentemente preso a disputas imediatas, polarizações superficiais e agendas do passado.

Mas essas questões definirão o futuro do emprego, da renda, da educação, da democracia, da economia e até da estabilidade social. Elas terão efeitos profundos sobre todos nós.

Por isso, esse debate precisa entrar na vida política brasileira. Precisa se tornar prioridade nacional. O país terá de discutir como preparar sua população para uma economia profundamente automatizada, como distribuir os ganhos da nova produtividade tecnológica e como evitar que a inteligência artificial amplie ainda mais desigualdades históricas.

Se algoritmos decidem, máquinas produzem e plataformas concentram poder, qual será o papel humano? O trabalho continuará sendo o principal organizador da identidade social? O que dará sentido à vida? Consumo? Entretenimento? Criatividade? Conhecimento? Comunidade? Propósito?

Já no século XIX, Alexis de Tocqueville alertava que sociedades excessivamente centralizadas poderiam produzir cidadãos passivos e dependentes. O risco atual talvez seja ainda mais sofisticado: uma centralização invisível, algorítmica e global, mediada por plataformas privadas com escala planetária.

O desafio do século XXI talvez não seja impedir a inteligência artificial. Ela já começou. O verdadeiro desafio será evitar que a prosperidade produzida por ela se transforme numa nova aristocracia tecnológica global.

Porque toda civilização entra em crise quando a maioria das pessoas deixa de enxergar um lugar digno para si dentro do próprio futuro.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração/Imagem gerada por IA



MPF: Leilão favoreceu usinas térmicas caras e poluentes

MPF pede suspensão de leilão bilionário de energia

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a suspensão imediata dos Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 02 e 03/2026), apontando indícios de ilegalidade que podem gerar impacto superior a R\$ 500 bilhões nas contas de luz ao longo de 15 anos. Segundo o órgão, os preços-teto dos certames subiram entre 73% e 100% em menos de 48 horas após pedidos de associações do setor termelétrico. O MPF afirma que o modelo favoreceu usinas térmicas caras e poluentes, em detrimento de alternativas mais baratas e limpas, como baterias de armazenamento. Entre as principais vencedoras dos leilões aparecem Eneva, Petrobras, Âmbar Energia, Engie Brasil Energia, Copel e SPIC Brasil, além de outros grupos do setor elétrico.

Recomendações do MPF sobre o leilão

O MPF recomendou que o Ministério das Minas e Energia suspenda a homologação, a adjudicação e a assinatura dos novos contratos, além de refazer os cálculos dos preços-teto com base em premissas neutras e independentes. À Aneel, o MPF recomendou que não realize novos atos de execução até a conclusão da instrução técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) e apresente uma Análise de Impacto Regulatório comprovando o custo-benefício para a sociedade.

Divulgação/Azul Linhas Aéreas



Medida visa reduzir impactos da alta do querosene

Linha de crédito para empresas aéreas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma linha emergencial de crédito de até R\$ 1 bilhão para companhias aéreas que operam voos domésticos regulares no Brasil. Os recursos poderão ser usados para capital de giro, incluindo combustível, manutenção, fornecedores e folha salarial. Cada empresa poderá contratar até 1,6% do faturamento de 2025, limitado a R\$ 330 milhões. O prazo para pagamento será de seis meses. A medida busca reduzir os impactos da alta do querosene de aviação e evitar cortes de rotas e cancelamentos.

Fundo Garantidor para o Agronegócio

A equipe econômica do governo estuda a criação de um Fundo Garantidor voltado ao agronegócio como parte de um pacote para renegociação de dívidas rurais, diante do aumento das perdas causadas por eventos climáticos e do avanço do endividamento no campo. O mecanismo funcionaria de forma semelhante ao Fundo Garantidor de Crédito, com participação do governo, bancos e produtores.

Restituição do IR I

A Receita Federal abriu a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2026. O pagamento será feito no dia 30 de maio, com prioridade para idosos, pessoas com deficiência, professores e contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram pelo Pix. A consulta pode ser feita no site/app da RF.

Restituição do IR II

A Receita Federal já divulgou o calendário dos próximos lotes de restituição do IR 2026. Após o primeiro pagamento, em 30 de maio, os demais lotes serão liberados em 30 de junho, 31 de julho, 29 de agosto e 30 de setembro. A consulta aos lotes costuma ser aberta uma semana antes de cada pagamento, no site e aplicativo da Receita.

Adequação da Ypê

A Ypê informou que investirá R\$ 130 milhões para adequar a fábrica de Amparo (SP) às exigências da Anvisa após a suspensão de linhas de produção. Segundo a empresa, mais da metade das medidas já foi concluída. O plano de adequação inclui mudanças estruturais e operacionais, com previsão de conclusão até o ano de 2027.

Arrecadação recorde

A arrecadação federal voltou a bater recorde em abril de 2026, ao ultrapassar R\$ 278 bilhões, segundo dados divulgados pela Receita Federal. O resultado confirma o bom desempenho da atividade econômica e de tributos ligados ao consumo, renda e operações financeiras e reforça a trajetória de crescimento das receitas do governo no primeiro quadrimestre.

4 mil vagas no RJ

Firjan SENAI abre quase 4 mil vagas gratuitas em cursos técnicos de nível médio no RJ, em áreas como TI, mecânica, automação, logística e segurança do trabalho. As aulas começam em julho, em 24 unidades e formato híbrido. Inscrições vão até 12 de junho, com seleção por prova de Português e Matemática.

Desenrola Famílias

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, informou que o Desenrola Famílias já renegociou R\$ 10 bilhões em dívidas e ultrapassou a marca de 1 milhão de CPFs atendidos, em poucos dias de operação. Segundo ele, o programa avança com forte adesão dos bancos e das famílias, ampliando o acesso à renegociação com descontos.



Veículos são leiloados sem garantia de funcionamento

Detran-SP realiza leilão de carros apreendidos

Certame virtual tem preços a partir de R\$ 2 mil, sem garantias

Andre Souza

O leilão virtual promovido pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) terá continuidade na próxima segunda-feira (25) com a oferta de veículos apreendidos e removidos por infrações de trânsito. Parte dos lotes já receberam lances pela plataforma online responsável pelo certame na quinta (21).

Entre os veículos disponíveis estão automóveis e motocicletas em condições de circulação, além de sucatas destinadas ao desmonte e à reciclagem. Os lotes foram recolhidos em operações de fiscalização e permaneceram em pátios credenciados sem que os proprietários regularizassem a situação dentro do prazo previsto pela legislação.

Os valores iniciais chamaram atenção por ficarem abaixo de referências do mercado de usados. Um dos destaques é um Honda Civic com lance inicial inferior ao valor de modelos recentes de celulares de alto padrão. Também há veículos populares com preço inicial na faixa de R\$ 2 mil, como um Peugeot 206. Os editais disponíveis no site do Detran apresentam detalhes como modelo, ano de fabricação, estado do veículo e valor mínimo para abertura dos lances.

O Detran-SP informa que os veículos são vendidos no estado em que se encontram, sem garantia de funcionamento. Antes do leilão, os interessados tiveram período de visita presencial para verificar as

condições dos lotes nos pátios indicados no edital. Durante a vistoria, não foi permitido ligar os veículos nem remover peças.

Como participar?

Para participar, é necessário fazer cadastro prévio no site da empresa leiloeira responsável pelo certame. Pessoas físicas podem disputar veículos conservados destinados à circulação, enquanto empresas registradas em órgãos de trânsito podem participar dos lotes de sucata aproveitável. Já os lotes destinados à reciclagem são restritos a empresas do setor de siderurgia e fundição.

Os lances são realizados de forma eletrônica. O sistema também permite a realização de pré-lances, modalidade em que o interessado registra antecipadamente um valor para o lote desejado. Se não houver oferta superior durante a sessão pública, o participante vence automaticamente a disputa. Os editais publicados detalham ainda as regras para pagamento, retirada dos veículos e transferência de propriedade. Após a arrematação, o comprador deve quitar o valor do lance e cumprir os prazos definidos para regularização documental.

Segundo o Detran-SP, os leilões têm como objetivo liberar espaço nos pátios e dar destinação aos veículos removidos que não foram reclamados pelos proprietários. Parte dos recursos arrecadados é utilizada para quitar despesas administrativas, multas e encargos vinculados aos veículos.

Governo define regras para crédito a motoristas de aplicativos

Resolução publicada pelo CMN autoriza até R\$ 30 bilhões para compra de veículos novos

O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou a nova linha de crédito voltada para motoristas de aplicativos, taxistas e cooperativas de táxi. A medida foi formalizada por meio da Resolução nº 5.304 e integra o programa federal Move Brasil, criado para financiar a compra de veículos novos destinados ao transporte individual de passageiros. O programa prevê até R\$ 30 bilhões em operações de crédito operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com instituições financeiras habilitadas.

A resolução estabelece as condições financeiras, os limites de financiamento, os encargos aplicáveis e as regras para contratação das operações. O texto regulamenta a Medida Provisória nº 1.359, assinada pelo presidente Lula em 19 de maio.

Quem tem direito?

Segundo a resolução, poderão acessar a linha de crédito três grupos: motoristas de aplicativos en-

quadrados como profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas com autorização ou concessão do poder público e cooperativas de táxi.

Para os motoristas de aplicativos, o governo definiu critérios mínimos para acesso ao financiamento. O condutor deverá comprovar cadastro ativo há pelo menos 12 meses em plataforma participante do programa e ter realizado no mínimo 100 corridas no período. Taxistas precisarão apresentar autorização, permissão ou concessão do poder público para atuação no transporte individual de passageiros.

O financiamento será destinado exclusivamente à compra de veículos automotores novos que atendam critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. O programa inclui veículos elétricos, híbridos, modelos movidos a etanol e veículos flex. O valor máximo permitido para o automóvel financiado será de R\$ 150 mil.

Além do veículo, a linha de crédito



Linha de crédito é voltada a motoristas de aplicativos, taxistas e cooperativas de táxi.

podará financiar seguros vinculados à operação, como seguro do bem e seguro prestamista, desde que contratados em conjunto com o automóvel. A resolução também autoriza a inclusão de itens de segurança voltados para mulheres motoristas de transporte de passageiros, com limite de até 10% do valor total financiado. O texto não detalha quais equipamentos poderão ser incluídos, mas a previsão foi incorporada à regulamentação como parte das medidas de segurança para profissionais mulheres.

O prazo máximo de pagamento será de até 72 meses, com possibilidade de carência de até seis meses para o início do pagamento do principal da dívida. Durante o período de carência, a resolução proíbe a capitalização dos encargos financeiros. A regulamentação definiu juros reduzidos para as operações. A remuneração da fonte de recursos será de 2,5% ao ano para os financiamentos em geral. No caso de aquisição de veículos por mulheres, a taxa

cai para 1,5% ao ano. Além dessa taxa, haverá cobrança de remuneração para os agentes financeiros envolvidos na operação. O BNDES poderá cobrar até 1,25% ao ano. Já as instituições financeiras habilitadas poderão cobrar até 8,5% ao ano.

Na prática, a taxa final dos contratos será formada pela soma dos encargos da fonte de recursos, da remuneração do BNDES e da taxa aplicada pelas instituições financeiras credenciadas. A resolução determina que os juros sejam calculados mediante conversão dos encargos em fatores financeiros e posterior multiplicação.

A resolução também permite a cobrança de outros encargos e tarifas normalmente aplicados em operações de crédito, conforme as políticas das instituições financeiras. Entre os custos adicionais que poderão ser cobrados estão tarifas administrativas, encargos operacionais e reserva de crédito, desde que previstos em contrato e divulgados oficialmente pelas instituições.

O risco das operações ficará concentrado nas instituições financeiras habilitadas pelo BNDES. Isso significa que os bancos assumirão o risco de inadimplência dos contratos firmados com motoristas e cooperativas.

As operações serão realizadas de forma indireta. Na prática, o financiamento não será contratado diretamente com o BNDES. O banco de fomento repassará os recursos às instituições financeiras credenciadas, responsáveis pela análise de crédito, aprovação e contratação.

Sobre o programa

O governo informou que a proposta busca ampliar o acesso ao crédito para profissionais que utilizam veículos próprios ou alugados para geração de renda. A iniciativa também busca estimular a renovação da frota, que pode gerar impacto na cadeia automotiva, ampliar a circulação de veículos com menor emissão de poluentes e aumentar a demanda por carros produzidos no país.

Anuário da Cerveja aponta recorde de cervejarias e exportações no Brasil

Ilustração/Imagem gerada por IA

O Brasil fechou 2025 com 1.954 cervejarias registradas, o maior número da série histórica, segundo dados do Anuário da Cerveja 2026, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. O levantamento mostra expansão da produção, aumento das exportações e crescimento de categorias específicas, como a cerveja sem glúten. As unidades estão distribuídas em 794 municípios brasileiros.

O setor alcançou recorde no valor exportado, com US\$ 218,3 milhões (R\$ 1,09 bilhão) em vendas externas ao longo do ano. O saldo da balança comercial também atingiu o maior patamar da série histórica, com superávit de US\$ 195 milhões (R\$ 975 milhões). As cervejas brasileiras chegaram a 77 países em 2025.

O anuário mostra ainda retomada do crescimento no número de produtos registrados. Foram 44.212 registros em 2025, após retração observada no ano anterior. O total de marcas de cerveja registradas chegou a 56.170, avanço de 2,1% na comparação com 2024.

A produção nacional de cerveja atingiu 15,69 bilhões de litros. Dentro desse volume, as cervejas sem glúten registraram crescimento de 417,6%. A produção passou de 71 milhões de litros em 2024 para 367,9 milhões de litros em 2025. O segmento passou a representar 2,35% da produção nacional da bebida.

Segundo o levantamento, o setor cervejeiro responde por mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e gera



Cervejas brasileiras chegaram a 77 países em 2025

mais de 2,5 milhões de empregos em toda a cadeia produtiva. Entre os empregos diretos nas cervejarias, foram registrados 41,3 mil postos de trabalho em 2025, mantendo o nível acima

de 41 mil empregos desde 2020.

Os dados apontam continuidade do processo de interiorização da indústria cervejeira. O número de municípios com cervejarias chegou a 794, ampliando

a presença da atividade fora dos grandes centros urbanos. O anuário relaciona essa distribuição à proximidade entre produção e consumo, característica ligada à preservação do frescor da bebida e à logística de distribuição.

O documento também registra expansão do portfólio de produtos e aumento na diversificação do mercado. O crescimento das marcas registradas indica entrada de novos produtores e ampliação da atuação de cervejarias já instaladas no país. "Mesmo diante de dificuldades econômicas e eventos climáticos registrados ao longo de 2025, o setor manteve crescimento em diferentes indicadores. O levantamento aponta que a indústria continuou investindo em tecnologia, inovação e ampliação da capacidade produtiva" - cita o levantamento.

Ministro Kassio Nunes Marques*

Inteligência Artificial e Democracia

O nosso desafio não é pequeno. Como já disse em outras ocasiões, presidir um tribunal, administrar um tribunal, já não era uma tarefa fácil. Administrar um Tribunal Eleitoral, em um ano de eleições gerais, com os desafios que se apresentam, é algo ainda maior. E, para nós magistrados, trata-se de um ambiente ainda quase completamente desconhecido.

Estou há menos de uma semana à frente do Tribunal Superior Eleitoral e me conforta muito saber, agora de forma mais aprofundada, que o TSE vem trabalhando continuamente, diariamente, em relação às eventualidades que possamos enfrentar nessas eleições.

Nossa área de tecnologia está se dedicando muito e acredito que estamos em um caminho seguro para termos eleições não apenas harmônicas em relação à civilidade no Brasil, mas também para buscarmos mais civilidade nas redes sociais e no ambiente virtual.

Falar sobre inteligência artificial no processo eleitoral é falar, antes de tudo, sobre confiança. Confiança na informação que chega ao eleitor. Confiança na autenticidade da voz pública. Confiança na liberdade de convencimento de cada cidadã e de cada cidadão. E, sobretudo, confiança na integridade do processo democrático.

Vivemos um tempo em que já não basta perguntar se determinada informação é verdadeira ou falsa. Precisamos perguntar também quem a produziu, com que tecnologia, com qual finalidade, para qual público e mediante quais formas de manipulação ou personalização. A inteligência artificial alterou profundamente a forma como conteúdos são criados, distribuídos e recebidos. Ela não é apenas uma ferramenta de automação. É uma infraestrutura capaz de coletar dados, identificar padrões, inferir comportamentos, segmentar públicos e produzir mensagens em escala.

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado Federal em 2019 revelou que 45% dos entrevistados decidiram seu voto nas eleições de 2018 com base em informações obtidas em redes sociais. O mesmo levantamento mostrou que 80% dos brasileiros acreditam que os conteúdos compartilhados nas redes sociais possuem influência sobre as opiniões das pessoas, e que 51% dos jovens entre 16 e 29 anos são mais suscetíveis a considerar informações vistas em redes sociais ao decidir seus votos. Quando se avalia qual a principal ferramenta de comunicação como fonte de informação, 79% dos participantes informaram ser o WhatsApp.

Em 2021, a Fundação Getúlio Vargas apurou a existência de 440 milhões de dispositivos digitais em uso no Brasil. Não há eleição que não passe por esses dispositivos. E não há dispositivo que não esteja potencialmente exposto à desinformação gerada por inteligência artificial.

Um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) descobriu que notícias falsas no Twitter se espalham seis vezes mais rapidamente do que notícias reais e têm 70% mais probabilidade de serem retuitadas. O problema, portanto, não é apenas de volume — é de velocidade e alcance. Uma deep fake lançada na véspera do segundo turno pode atingir milhões de eleitores antes que

qualquer decisão judicial seja proferida.

No campo eleitoral, essa transformação atinge diretamente o ambiente de formação da vontade popular. O eleitor deixa de ser alcançado apenas como cidadão e passa a ser também interpretado como um conjunto de dados, preferências presumidas, vulnerabilidades emocionais e probabilidades de reação. Esse é um desafio institucional de enorme relevância.

É importante afirmar, desde logo, que a tecnologia não é inimiga da democracia. A Justiça Eleitoral brasileira é prova histórica de que a inovação, quando submetida ao controle público, à auditoria, à segurança, à transparência e à responsabilidade institucional, pode fortalecer a confiança social. O problema não está na existência da inteligência artificial, mas no seu uso opaco, fraudulento, discriminatório ou manipulativo.

O desafio, portanto, não é rejeitar a inovação. O desafio é assegurar que a inovação esteja a serviço da liberdade do voto, e não da manipulação da vontade popular; que a automação contribua para a integridade do processo eleitoral, e não para a fabricação de

realidades artificiais; e que a inteligência computacional seja sempre governada pela inteligência democrática.

Nas eleições, os riscos são concretos. A inteligência artificial generativa permite criar imagens, áudios e vídeos que simulam pessoas reais; produzir mensagens políticas em grande volume; testar narrativas em segmentos específicos da sociedade; automatizar interações por meio de robôs, avatares e assistentes virtuais; e combinar desinformação com microdirecionamento.

Quanto às deep fakes, as modalidades mais utilizadas na seara eleitoral são três: a troca de rosto (face swap), que substitui feições com alta fidelidade; a clonagem de voz, que replica entonação, sotaque e ritmo; e a sincronização labial, que altera movimentos labiais para sincronizar com qualquer áudio fabricado.

A ameaça, portanto, não é apenas a mentira isolada. É a mentira tecnicamente otimizada, distribuída no momento certo, para o público certo, com aparência de autenticidade e com capacidade de explorar vieses cognitivos já existentes. Esse fenômeno se torna ainda mais grave quando se considera a velocidade de circulação dos conteúdos digitais e a dificuldade de resposta imediata antes que o dano eleitoral esteja consumado.

Por isso, combater a desinformação no ambiente digital não pode significar apenas remover conteúdos depois que o prejuízo já ocorreu. É necessário construir um ecossistema de prevenção, rastreabilidade,

“O desafio é assegurar que a inovação esteja a serviço da liberdade do voto, e não da manipulação da vontade popular”

educação social, resposta rápida, cooperação institucional e responsabilização proporcional. A democracia exige liberdade de expressão, mas também exige proteção contra fraudes que comprometem a autenticidade da escolha popular.

Nesse contexto, o Tribunal Superior Eleitoral vem atuando para aperfeiçoar a arquitetura institucional de confiança do processo eleitoral. As normas aprovadas para as Eleições de 2026, da qual tive a honra de relatar, buscam permitir que a inteligência artificial seja utilizada sob princípios claros de transparência, integridade, segurança, não discriminação, auditabilidade, responsabilidade social e prevalência dos direitos fundamentais.

Entre as medidas adotadas, destaca-se o reconhecimento de que o uso irregular de conteúdo sintético gerado ou modificado por inteligência artificial, quando utilizado em violação às normas eleitorais, pode configurar uso indevido dos meios de comuni-

cação e, conforme as circunstâncias do caso concreto, abuso de poder político ou econômico.

Essa previsão fortalece o combate ao emprego abusivo de tecnologias destinadas a viciar o livre convencimento do eleitor. O objetivo não é restringir o debate político legítimo, nem impedir

o uso regular de ferramentas tecnológicas. O objetivo é impedir que a fraude sintética, a falsificação de vozes, imagens ou identidades e a manipulação algorítmica comprometam a liberdade do voto.

Também foram propostas alterações nas normas de propaganda eleitoral, com medidas voltadas à identificação de conteúdos produzidos com inteligência artificial, à criação de canais específicos de denúncia perante provedores de aplicação, à possibilidade de inversão do ônus da prova em situações de difícil comprovação técnica e à celebração de acordos com universidades, entidades e especialistas capazes de auxiliar na perícia de ilícitos digitais.

Essas medidas revelam uma compreensão fundamental: a Justiça Eleitoral não pode atuar sozinha. A proteção da integridade eleitoral exige cooperação entre instituições públicas, plataformas digitais, universidades, especialistas, partidos, candidatos, imprensa e sociedade civil. Nenhum

ator, isoladamente, será capaz de enfrentar os riscos produzidos por tecnologias que operam em escala global, em tempo real e com alto grau de sofisticação.

Outro ponto essencial é a exigência de planos de conformidade por parte dos provedores de aplicação de internet. Em um ambiente em que plataformas organizam a circulação da informação pública, é indispensável que existam mecanismos de prevenção e mitigação de riscos à integridade das eleições. A transparência das regras, a rastreabilidade de conteúdos e a capacidade de resposta rápida são elementos indispensáveis para a preservação da confiança democrática.

Mas os reflexos da inteligência artificial não se restringem à propaganda eleitoral. A IA também impacta a própria atuação da Justiça Eleitoral. Sistemas inteligentes podem apoiar o atendimento ao eleitorado, ampliar a acessibilidade, aprimorar a apuração de denúncias, fortalecer a segurança cibernética e aperfeiçoar a comunicação institucional.

Todavia, o uso dessas ferramentas pela Justiça Eleitoral deve observar limites claros: supervisão humana, proteção de dados sensíveis, mecanismos de correção, transparência, segurança e responsabilidade. A inteligência artificial pode auxiliar a atividade institucional, mas não pode substituir o juízo humano, a prudência decisória e o compromisso constitucional com os direitos fundamentais.

Há, portanto, uma linha ética que deve orientar todo esse debate. A democracia não pode tolerar que a vontade do eleitor seja manipulada por simulações artificiais de realidade. O voto é verdadeiramente livre quando a convicção do eleitor se forma sem fraude, intimidação ou falsificação deliberada. A liberdade de expressão protege a disputa de ideias, a crítica, a divergência e o convencimento político. Mas ela não protege a falsificação da identidade alheia, a fraude sintética, o engano deliberado ou o ataque à confiança no processo eleitoral.

O Brasil deve enfrentar a inteligência artificial à luz da Constituição. Não se trata de escolher entre tecnologia e democracia. Trata-se de assegurar que o Estado Democrático de Direito permaneça vigente na era da informação. O ponto central não é saber se a inteligência artificial influenciará eleições. Ela já influencia a forma como informações circulam, como preferências são inferidas e como narrativas são produzidas.

Como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reafirmo que a Justiça Eleitoral brasileira atuará com serenidade, firmeza e responsabilidade. Será vigilante sem ser autoritária; inovadora sem ser ingênua; firme sem perder a proporcionalidade; e comprometida, acima de tudo, com a liberdade de escolha do povo brasileiro.

A democracia exige confiança. E, diante dos desafios da inteligência artificial, cabe a todos nós assegurarmos que a tecnologia seja instrumento de cidadania, e não de manipulação; de transparência, e não de opacidade; de inclusão democrática, e não de distorção da vontade popular.

***Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**

“A inteligência artificial pode auxiliar a atividade institucional, mas não pode substituir o juízo humano”

“Trata-se de assegurar que o Estado Democrático de Direito permaneça vigente na era da informação”

CORREIO NACIONAL

Magnific



A decisão aponta o descumprimento de normas

Empresa é condenada a pagar R\$ 1,5 mi por danos morais

A Justiça do Trabalho condenou a Sucocítrico Cutrale, empresa de processamento de suco de laranja de Araquara (SP), ao pagamento de R\$ 1,5 milhão por danos morais coletivos. A decisão da 2ª Vara do Trabalho de Bauru atende a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e aponta descumprimento de normas de saúde, higiene e segurança no trabalho rural. Entre as irregularidades: alojamentos sem sabonete, máquinas sem proteção e trabalhadores expostos à radiação solar sem protetor solar. A empresa acumulou 356 autos de infração entre 2012 e 2024. A indenização será destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ainda prevê multa de R\$ 10 mil por dia para cada obrigação descumprida.

Piracicaba abre 1.500 vagas de castração

O terceiro mutirão de castração gratuita de cães e gatos de 2026 acontece em Piracicaba (SP) entre 29 de maio e 3 de junho, na avenida Dr. Paulo de Moraes, 1.580, no bairro Paulista. Serão 1.500 vagas e as inscrições estão abertas pelo site do Castra+ São Paulo, com limite de três animais por CPF. Para participar, o pet precisa ter o Registro Geral do Animal (RGA), documento gratuito emitido pelo portal do Governo Federal.

Divulgação



Curso obteve nota máxima na última avaliação nacional

Unesp ampliará as vagas de Medicina

A Unesp vai ampliar as vagas do curso de Medicina de forma escalonada nos próximos anos. Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), a proposta eleva o número de vagas de 90 para 105 já no vestibular de 2027, chegando a 120 em 2029, um aumento de mais de 30%. A mudança marca um momento histórico para a Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), que mantinha o mesmo número de vagas desde sua fundação, em 1963. Na última avaliação nacional do curso, a Unesp obteve nota máxima.

Cobras são encontradas em bairro

Moradores do Recanto Universitário, em Rio das Pedras (SP), vivem sob ameaça de cobras cascavéis, escorpiões e ratos. A situação é agravada pelo mato alto que domina as ruas, pelo descarte irregular de lixo e por uma erosão que cresce a cada chuva e ameaça comprometer o asfalto. Segundo os moradores, a sensação é de estar abandonado e a Prefeitura afirma não ter registros de denúncias recentes.

Lei regula eventos

Votorantim (SP) aprovou, nesta semana, a lei que exige alvará municipal para eventos em áreas públicas, com funcionamento até 1h da madrugada. O projeto do prefeito Weber Manga foi aprovado por 7 votos a 2 na Câmara e segue para sanção. A norma prevê controle de ruído, fiscalização e penalidades.

Festa Junina 2026

A Festa Junina, por exemplo, reconhecida como evento de grande porte, terá permissão de horário estendido na cidade. A 107ª edição inclusive já começou e vai até 21 de junho, na Praça Lecy de Campos. Com shows, parque de diversões e praça de alimentação, o evento recebe Gustavo Mioto, João Gomes e mais.

Multa ambiental

Um Criador é multado em R\$ 133 mil após Polícia Ambiental flagrar 655 aves exóticas mantidas sem licença em propriedade rural de Jales (SP). A vistoria, feita em abril, encontrou animais bem cuidados, mas a criação sem autorização dos órgãos ambientais resultou na autuação do proprietário.

Cobre apreendido

Uma operação em ferros-velhos de Itaquaquecetuba (SP) apreendeu 44 kg de cobre após denúncias de receptação de materiais furtados. Dois estabelecimentos foram vistoriados por agentes da GCM, Guarda Ambiental e Fiscalização. Em um deles, hidrômetros da Sabesp foram encontrados e um homem preso por receptação.

Evento muda de data

A Exposição Municipal Agropecuária de Avaré (SP), a Emapa, deixa de ser realizada em dezembro e passa para setembro, já neste ano. A mudança foi anunciada pelo prefeito após comerciantes apontarem que o evento prejudicava as vendas de fim de ano. A nova data também coincide com o aniversário do município.

Embraer abre vagas

A Embraer abriu 200 vagas de estágio para universitários em Sorocaba e outras cidades do país. As inscrições seguem até 5 de junho pelo site da empresa. Há oportunidades nas áreas administrativa, engenharia, operações e tecnologia. O programa começa em setembro de 2026 e oferece bolsa, benefícios e chance de efetivação.



Espaço contou com investimento de R\$ 12 milhões

Bauru recebe o 2º Centro TEA Paulista do estado

Unidade será referência para 39 municípios do interior de SP

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas visitou nesta quinta-feira (21) as instalações do futuro Centro TEA Paulista de Bauru (SP), segundo equipamento do tipo no estado. A visita ocorreu durante o segundo dia da Caravana 3D pela região. A previsão é que o centro seja inaugurado na segunda quinzena de junho, junto ao Centro de Cidadania à Pessoa com Deficiência.

O prédio, cedido pela Prefeitura de Bauru, passa por obras de adequação para garantir acessibilidade e já recebe a identidade visual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD). A unidade atenderá 39 municípios do centro-oeste paulista, região estratégica pela convergência de importantes rodovias estaduais e federais.

“O futuro Centro TEA Paulista de Bauru será o segundo do estado. Nosso objetivo é ter uma unidade de referência em cada região administrativa. Inauguramos recentemente o primeiro na cidade de São Paulo e vamos replicar esse modelo em todas as regiões, principalmente no interior”, afirmou Tarcísio.

Estrutura e serviços

A unidade contará com sala multissensorial, espaço de acomodação sensorial para pessoas em crise, biblioteca temática, auditório e um Polo de Empre-

gabilidade Inclusiva (PEI). Entre os serviços previstos estão atendimento presencial e remoto a pessoas com TEA e familiares, capacitação de profissionais municipais, estímulo à pesquisa, atividades esportivas e culturais, e orientação sobre direitos. O projeto tem aporte total de R\$ 12 milhões distribuídos ao longo de dois anos.

“A unidade de Bauru inaugura um novo momento de interiorização, fortalecendo a rede regional de apoio às pessoas com TEA. O objetivo é oferecer orientação, acolhimento e capacitação, além de apoiar os municípios na construção de políticas públicas cada vez mais inclusivas”, disse Marcos da Costa, secretário estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Gestão e seleção

A administração dos dois centros ficará a cargo da Sorri-Bauru, organização da sociedade civil declarada vencedora do processo seletivo conduzido pela SEDPCD.

Oito instituições participaram da seleção, e a homologação foi publicada no Diário Oficial em 5 de maio. Caberá à entidade coordenar o equipamento, contratar equipe multiprofissional especializada e implementar as atividades em consonância com as diretrizes da secretaria. A instituição tem histórico de atuação na inclusão e assistência a pessoas com deficiência na região.

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/Seec-DF



Audidores apreenderam também outros produtos

202 iPhones apreendidos no Núcleo Bandeirante

Audidores da Secretaria de Economia do Distrito Federal (Seec-DF) apreenderam 202 iPhones e outras cargas com irregularidades em ações realizadas durante esta semana, gerando um crédito tributário superior a R\$ 400 mil. Os eletrônicos, avaliados em R\$ 1,6 milhão, incluíam os modelos de iPhone Pro Max 17, 17, 16 e 15 e também 22 MacBooks Air e Neo, retidos no Núcleo Bandeirante. Também foram recolhidos 65,3 mil cigarros eletrônicos na BR-060, 215 mil mudas de tomate na BR-251, 40 mil quilos de flocão de milho na BR-060 e 23 mil kg de produtos alimentícios e de limpeza na BR-020, todos com irregularidades fiscais. As ações somaram base de cálculo de R\$ 2,5 milhões e crédito tributário de R\$ 801,5 mil.

Detran-DF debate segurança em motos

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) promoverá, na segunda-feira (25), o Seminário Riscos e Segurança sobre Duas Rodas, na sede da autarquia, das 8h30 às 12h. A programação reunirá especialistas para tratar de condução segura, técnicas de pilotagem, percepção de riscos e convivência entre usuários das vias urbanas. A atividade é gratuita, integra o Maio Amarelo e recebe inscrições pela internet no site do Detran-DF.

Myke Sena/MS



Programa deve ampliar a internet em até seis UBSs

Ação federal pode ajudar Saúde no DF

Até seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito Federal poderão receber internet de alta qualidade para ampliar os atendimentos por telemedicina no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida faz parte de edital lançado pelos Ministérios das Comunicações (MCom) e da Saúde (MS) com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A iniciativa prevê troca de informações entre profissionais e melhoria no agendamento de consultas. O programa Agora Tem Especialistas busca acelerar diagnósticos e reduzir filas.

Ação afrocondanga no Jardim Botânico

O ponto de cultura Ilé Asé Ojuina Soroké Efon, localizado no KM 8 da DF 140, no Jardim Botânico (DF), realiza no sábado (23), às 14h, uma atividade com resultados das oficinas do projeto Territórios Afrocondangos. A programação reúne tranças nagôs, ecoprint, fotografia de candomblé com celular e macramê, além de culinária africana. Participam oficinairos, alunos e comunidade. Entrada franca.

Bolsas

Goiás lançou um edital com 4 mil bolsas do programa Universitário do Bem para o 2º semestre. São 1 mil integrais e 3 mil parciais. As inscrições vão de 22 de junho a 3 de julho no site da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). A seleção usará dados do Cadastro Único (CadÚnico) e o resultado sairá em 23 de julho.

Pesquisa

A prefeitura de Sinop (MT) realizará uma pesquisa durante a Exponorte 2026 para traçar o perfil dos visitantes. A ação ocorre em parceria com o governo estadual. A coleta será na sexta-feira (22), no sábado (23) e nos dias 29 e 30 deste mês, com questionários sobre origem, gastos, estadia e motivação da viagem.

Qualidade de vida

Campo Grande (MS) ficou entre as cinco capitais com melhor qualidade de vida do país, segundo o Índice de Progresso Social Brasil 2026 (IPS Brasil). A cidade aparece atrás de Curitiba (PR), Brasília e São Paulo (SP). O levantamento avaliou 5.570 municípios com dados sobre saúde, educação, moradia e segurança.

Bem-estar

Goiânia (GO) aparece em sexto lugar entre as capitais no Índice de Progresso Social 2026 (IPS Brasil), com 69,47, acima do resultado anterior, de 68,10, mantendo a mesma posição. No ranking por estados, Goiás também ocupa a sexta colocação, com 64,52. O levantamento reúne 57 indicadores públicos, com notas de 0 a 100, e avalia o bem-estar.

Motociclismo

O Parque Novo Mato Grosso recebe, entre sexta-feira (22) e domingo (24), a MXIGP Brasil Sportbay 2026, com mais de 300 pilotos de 22 países em Cuiabá (MT). A etapa é organizada pela Federação Mato-Grossense de Motociclismo, com apoio do governo estadual. As provas começam na sexta, com categorias de base.

Chikungunya

O Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública confirmou a 12ª morte por chikungunya em Dourados (MS), apesar da queda nos índices. A vítima é uma criança indígena de 12 anos, internada desde 28 de fevereiro no Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Área cultivada no estado supera 1 milhão de hectares

Goiás é o 2º na produção de cana-de-açúcar

Produção goiana foi de 18,5%, enquanto no país chegou a 2,4%

Goiás atingiu o segundo lugar no ranking nacional de produção de cana-de-açúcar na safra 2025/26, segundo dados do 4º levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O estado registrou a maior produção da última década, com estimativa de 80,1 milhões de toneladas, volume 2% superior ao ciclo anterior.

O desempenho foi impulsionado pela ampliação da área cultivada e por ganhos de produtividade no campo. A área plantada avançou 6,3% e ultrapassou 1 milhão de hectares destinados ao cultivo da matéria-prima.

Dados da Conab apontam que Goiás apresentou um crescimento superior à média nacional nos últimos dez anos. Enquanto a produção brasileira avançou 2,4% no período, o estado registrou alta de 18,5%. No mesmo intervalo, a produtividade goiana cresceu 10,7%, acima do índice nacional, que ficou em 3,5%.

A expansão da área colhida também ocorreu em sentido contrário ao cenário do país. Em Goiás, houve aumento de 7,1%, enquanto a média nacional apresentou retração de 1% na área destinada à colheita da cultura.

O levantamento mostra ainda que o estado ampliou participação na agroindustrialização da cadeia sucroenergética.

O Açúcar Total Recuperável (ATR), indicador que mede o potencial de produção de açúcar

e etanol a partir da cana, alcançou 10,7 milhões de toneladas. Com esse volume, Goiás ocupa a segunda posição nacional.

Na fabricação de açúcar cristal, o território goiano aparece em terceiro lugar no país, com produção estimada em 3 milhões de toneladas. Já no segmento de etanol derivado da cana-de-açúcar, o estado ocupa a segunda colocação nacional, com produção de 4,5 bilhões de litros, equivalente a 16,7% do total brasileiro.

Culturas como soja, milho e cana têm ampliado a participação de Goiás entre os principais estados da agropecuária nacional.

Conforme divulgado pelo Portal Goiás e segundo informações do painel de Comércio Exterior da Plataforma Aroeira, administrada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), o açúcar de cana representou 91,7% do valor exportado pelo segmento em 2025.

O complexo sucroalcooleiro goiano alcançou 58 destinos internacionais, com embarques de açúcar para 55 países e exportações de álcool etílico para 10 mercados no exterior.

A previsão inicial para a safra 2026/27 aponta estabilidade na produção estadual. A estimativa é de 79,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com manutenção de mais de 1 milhão de hectares destinados à colheita. A produtividade média prevista é de 77,7 toneladas por hectare.

Lula não deve socorrer BRB e mantém distância de Celina Leão

Analistas avaliam que governo federal evitará qualquer ligação com o caso

Por Isabel Dourado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve manter a decisão de não autorizar um socorro por parte do Governo Federal para salvar o Banco Regional de Brasília (BRB), apesar da tentativa de lideranças do Centrão de abrir uma ponte de diálogo entre o Palácio do Planalto e a governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

A governadora do Distrito Federal faz parte da oposição do Governo Federal e chegou a pedir ajuda do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para intermediar uma agenda com o presidente Lula. A governadora já tinha solicitado no final de abril uma reunião de emergência com Lula para pedir o aval da União a um empréstimo de R\$6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Entretanto, ela não recebeu resposta alguma.

Especialistas ouvidos pelo Correio da Manhã avaliam que o presidente Lula não vê vantagem política em receber a governadora Celina Leão nem em sinalizar qualquer aproximação. Para Érico Oyama, analista político da BMJ Consultores Associados a estratégia do Palácio do Planalto é manter distância do Banco Regional de Brasília (BRB) que tem como acio-



Agência Brasil

Lula sinalizou que vai recusar o resgate federal do BRB

nista majoritário o GDF, deixando a responsabilidade política do caso concentrado na gestão da atual governadora Celina Leão.

“A classe política, de forma geral, tenta se desvincular de qualquer relação com o banco Master. Desde o início do caso, porém, tanto a direita quanto a esquerda passaram a explorar quem mantém maior proximidade com Vorcaro. Agora, integrantes da base governista passaram a destacar as mensagens trocadas entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro e a visita que ele

fez mesmo após Vorcaro ter sido preso e estar usando tornozeleira eletrônica”, ressalta Oyama.

Interlocutores avaliam ainda que o distanciamento de Lula do problema do BRB acaba enfraquecendo o projeto de eleição da governadora e pode atingir indiretamente a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que deve concorrer ao Senado pelo Distrito Federal e mantém relação próxima com Celina Leão. Esse cenário ajudaria a explicar a resistência do presidente Lula em receber a governadora.

8 de Janeiro

Na avaliação do analista político Leopoldo Vieira, o presidente Lula não tem interesse em se aproximar de Celina, por ela ser de oposição e carregar o desgaste da gestão do ex-governador Ibaneis Rocha, especialmente por conta do 8 de janeiro. De acordo com ele, mesmo após tendo rompido politicamente com Ibaneis, Celina ainda mantém forte associação com a imagem do ex-governador.

“Tanto Celina quanto Ibaneis aparecem envolvidos; ainda há um

grande enlace entre os dois, apesar de tentarem se desvincular um do outro, principalmente por conta do desgaste causado também pelo 8 de janeiro. Ainda que Celina queira muito se desvincular dele, ela está muito vinculada à imagem e pode se atribuir a ela essa negligência do ex-governador em relação a tentativa de golpe. O Lula não vai se aproximar desse tipo de toxicidade, uma política tóxica ainda mais sendo ele um presidente que tenta a reeleição.”, pontua Vieira.

O cientista político Isaac Jordão vai na mesma direção e avalia que o Governo Federal passa todos os recados de que não vai “meter a mão na cumbuca” do problema do BRB. “O Governo Federal manda sinais de que não vai colocar a mão nessa cumbuca em relação ao BRB. O GDF vai ter que dar um jeito de cobrir os prejuízos que o BRB teve com o banco Master. A única solução apresentada até agora é desafetar propriedades do GDF. Na prática, vender bem Público para cobrir o prejuízo privado do BRB. O Governo Federal indica que isso é problema do GDF”, explica.

Vieira aponta também que candidaturas de oposição no DF, como as de Ricardo Cappelli (PSB) e Leandro Grass (PT), podem tentar absorver parte do eleitorado descontente com o governo de Celina Leão.

Detran-DF muda o trânsito para Pentecostes

Divulgação/Detran-DF

Motoristas que circulam por Taguatinga Norte terão mudanças no tráfego entre sexta-feira (22) e domingo (24) devido à Festa de Pentecostes 2026, que será realizada no Taguaparque.

O Departamento Estadual de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) comunicou as intervenções a serem feitas pelo órgão em vias próximas ao local do evento, com alterações nos acessos, criação de sentidos únicos e ajustes em semáforos para facilitar a circulação de veículos e pedestres durante os três dias.

Na sexta-feira e no sábado, as operações ocorrerão das 14h30 às 23h30. No domingo, as ações serão entre 13h30 e 21h30.

Segundo o órgão, 170 servidores atuarão diariamente em pontos fixos e em patrulhamento nas imediações do parque.

As equipes terão apoio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) para organizar o fluxo, orientar condutores e auxiliar na travessia de pedestres.

Painéis eletrônicos serão ins-



Ação mudará tempo dos semáforos para melhorar circulação

talados em locais estratégicos para informar sobre mudanças no trânsito e orientar motoristas. Também será implantada a sinalização nos trechos próximos ao Taguaparque para impedir o estacionamento irregular.

A estrutura de estacionamento contará com áreas destinadas ao

público em geral, veículos oficiais, idosos e pessoas com deficiência. O espaço também terá uma área reservada para operações de carga e descarga.

Nos horários de saída do público, o Detran-DF fará alterações específicas para reduzir congestionamentos nas vias de acesso ao

parque. Na sexta e no sábado, as mudanças começarão às 21h. No domingo, a operação de dispersão terá início às 18h30.

Na Avenida Contorno Taguaparque, na altura do Ginásio de Esportes, será implantado sentido único de circulação durante a saída dos participantes.

Os veículos posicionados à esquerda seguirão em direção à via Estrutural. Já o tráfego à direita terá fluxo no sentido EPTG.

Nesse período, o acesso da Rua 4 da Colônia Agrícola Samambaia em direção ao Taguaparque estará bloqueado.

No Pistão Norte, os agentes vão instalar sinalização para priorizar a saída dos veículos. O acesso à Rua 8 pelo Pistão Norte será interdito. As equipes ainda realizarão ajustes nos tempos dos semáforos para ampliar a fluidez em vias da saída do parque.

A medida pretende criar cinco corredores de mobilidade semafórica: Avenida Central de Taguatinga, Avenida das Palmeiras, Avenida Hélio Prates, via de ligação QNF/QNL e via Estrutural. O Detran-DF orienta os condutores a observarem a sinalização temporária e programarem rotas alternativas nos horários de maior movimentação.

Segundo o Detran-DF, os pedestres também deverão seguir orientações das equipes no local.

BRASILIANAS

Divulgação/TCB



O veículo possui emissão zero de poluentes

Primeiro ônibus escolar 100% elétrico da TCB entra em testes

O DF iniciou, neste mês, os testes com um ônibus escolar 100% elétrico na rede pública de ensino, em um projeto-piloto conduzido pela TCB, em parceria com a iniciativa privada. O veículo está operando na rota Estrutural-Guará, atendendo estudantes do CEE 01 do Guará em operação assistida e monitorada. O objetivo é avaliar o desempenho do modelo I/Ankai OE-9 em condições reais de circulação, observando critérios como autonomia energética, consumo, tempo de recarga, conforto dos passageiros, acessibilidade, eficiência do ar-condicionado, desempenho em tráfego intenso e redução de ruídos e emissões. O ônibus possui propulsão totalmente elétrica, autonomia estimada de 200 quilômetros por carga e tempo médio de recarga de 3h30, além de emissão zero de poluentes e baixa produção sonora. O equipamento conta com rampa de acesso, área reservada para pessoas com deficiência, sistema de fixação para cadeiras de rodas, assentos preferenciais e suspensão com rebaixamento lateral, facilitando o embarque de passageiros com mobilidade reduzida. A TCB também acompanha indicadores de manutenção e eficiência operacional para subsidiar estudos sobre a viabilidade da eletrificação da frota escolar nos próximos ciclos contratuais.

Divulgação/RZK



Espaço para maquiagem, nos novos banheiros femininos

Novos banheiros para a Rodoviária

A Concessionária Cathedral iniciou uma nova etapa de modernização dos banheiros da Rodoviária do Plano Piloto, tratada pela gestora como um "presente de aniversário" para o terminal, que completou 63 anos em abril - e também como aniversário da concessão, no próximo dia 1º de junho. O projeto prevê ampliação da capacidade, climatização dos ambientes, instalação de equipamentos antivandalismo, música ambiente e criação de espaços voltados ao conforto dos usuários. Os sanitários ganharão novos pisos e revestimentos, boxes independentes e área exclusiva de maquiagem para mulheres, além de adequações para pessoas com deficiência.

Desde que assumiu a gestão, em junho de 2025, a concessionária reforçou equipes de limpeza, ampliou a frequência de higienização e adotou manutenção preventiva para evitar interdições. Pesquisa do Instituto Opinião mostrou melhora na percepção dos usuários, com aprovação dos sanitários passando de 46,04% para 84,66%. As obras serão sinalizadas com tapumes.

POR
WILLIAM FRANÇA

Painel celebra memória de Brasília

O Arquivo Público do Distrito Federal e a Adegraf apresentaram Brasília, nesta quinta-feira (21), com a inauguração de um painel artístico monumental instalado na fachada da sede do Arquivo, em celebração aos 40 anos da instituição e aos 66 anos da capital.

A obra, intitulada "Brasília em Linhas do Tempo", foi criada pelo artista plástico Jailson Belfort e ocupa 72 metros de largura por 8 metros de altura, produzida exclusivamente com canetas esferográficas.

O painel reúne quatorze ícones arquitetônicos da cidade, como o Congresso Nacional, a Catedral Metropolitana, os Dois Candangos, a Ponte JK e a Torre Digital, compondo uma linha do tempo visual dos principais marcos de Brasília.

A inauguração também abriu a exposição homônima, que reúne cerca de 30 trabalhos do artista e permanece em cartaz até 21 de junho, com obras, croquis, fotos e registros do processo criativo. A iniciativa reforça o papel do Arquivo Público como guardião da memória do Distrito Federal.

O 'lado B' de Arruda, em poemas

No lançamento realizado no dia 20, na Livraria da Travessa do CasaPark, o ex-governador do DF e pré-candidato ao GDF pelo PSD, José Roberto Arruda, disse à coluna que o livro "Minhas Estações" apresenta "o seu lado B", uma dimensão menos conhecida de quem construiu trajetória marcada pelo rigor técnico de engenheiro e gestor.

A obra reúne poemas, lembranças familiares e passagens pessoais que percorrem diferentes fases de sua vida, com referências à mãe, aos filhos e às memórias de infância vivida em Itajubá, Minas Gerais.

O volume também traz reflexões sobre tempo, amadurecimento e vínculos afetivos que acompanharam sua formação. O prefácio, assinado por José Geraldo Maciel, destaca a convivência entre cálculo e sensibilidade, enquanto textos críticos situam o leitor no ambiente emocional que orienta o trabalho.

A noite de autógrafos foi prestigiada e marcou a apresentação pública desse conjunto de registros que Arruda decidiu organizar em livro.



Campanha começou em março e segue até o final deste mês

DF aplicou 340 mil doses da vacina contra influenza

Campanha encerra dia 30 deste mês e ainda não atingiu meta

Por Isabel Dourado

Desde o início da campanha deste ano, iniciada em 25 de março, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal já aplicou mais de 340 mil doses da vacina contra o vírus influenza, causador da gripe. A pasta reforça que quem for dos públicos prioritários ainda pode receber o imunizante até o final deste mês, procurando uma das mais de cem salas de vacinação espalhadas pelo DF. Até o momento, a Secretaria de Saúde do DF mantém a estratégia definida pelo Ministério da Saúde, e disponibiliza o imunizante a grupos prioritários.

Dentre os principais públicos estão crianças de 6 meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias; idosos a partir dos 60 anos; gestantes; puérperas até 45 dias após o parto; pessoas com comorbidades e deficiências; indígenas e quilombolas; população privada de liberdade; e uma série de profissões, como professores, caminhoneiros, policiais e militares das forças armadas.

Quem já se vacinou contra a gripe em anos anteriores deve se vacinar neste ano. Isso porque essa vacina é atualizada anualmente para proteger das principais cepas do vírus influenza em circulação. Neste ano, a vacina é trivalente, protegendo contra as variantes Influenza A/Missouri/11/2025 (H1N1) pdm09, Influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2) e Influenza B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria).

"Todas as vacinas recebidas são distribuídas às unidades da SES-DF e utilizadas na sua totalidade nos grupos prioritários", explica a gerente da Rede de Frio Central da pasta, Tereza Luiza Pereira. Nessa população, estima-se que mais de 1,1 milhão de pessoas precisam da vacina contra a influenza. A meta é chegar a 90% de indivíduos protegidos com o imunizante.

A vacinação é considerada a estratégia mais eficaz de prevenção contra a influenza e possui capacidade de promover imunidade durante o período de maior circulação dos vírus, reduzindo o agravamento da doença, as internações e o número de óbitos. O Ministério da Saúde reforça que a vacina influenza pode ser administrada na mesma ocasião de outras vacinas do Calendário Nacional de Vacinação.

Síndrome Respiratória

A Secretaria também reforça que a vacinação é basilar para evitar os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) que é uma condição clínica caracterizada pelo comprometimento grave do sistema respiratório, exigindo frequentemente hospitalização. Ela ocorre devido ao agravamento de uma infecção respiratória que pode ser causada por diversos agentes etiológicos, como influenza, Sars-Cov-2, Vírus Sincicial Respiratório (VSR), entre outros vírus respiratórios.

CORREIO SUDESTE



Freepik

Portal TEA planeja facilitar o acesso a serviços públicos

Alerj aprova criação de portal digital para pessoas autistas

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira (21), o projeto de lei que cria o Portal TEA. A plataforma digital é voltada para a promoção e a efetivação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O texto, de autoria do deputado Samuel Malafaia (PL) e da ex-deputada Alana Passos, segue agora para a análise do governador em exercício, Ricardo Couto, que terá até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta. O objetivo principal da iniciativa é unificar o atendimento e facilitar a rotina de milhares de famílias fluminenses que enfrentam dificuldades diárias para acessar os serviços públicos disponíveis no estado.

Gestão integrada e novos dados

O Portal TEA funcionará por site e aplicativo, reunindo todos os serviços estaduais voltados ao público autista. O canal permitirá o agendamento de atendimentos e o registro de reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados. Além disso, o sistema servirá como ferramenta de gestão, obrigando o Governo do Estado a contabilizar e atualizar anualmente o número total de pessoas com TEA em todo o território fluminense.

Banco de imagens / Alerj



As mudanças são essenciais para proteger os beneficiários

Regras mais rígidas do Rioprevidência

O Diário Oficial publicou nesta quinta-feira (21) a Lei 11.193/26, que cria regras rígidas de transparência para as aplicações do Fundo Previdenciário do Rio. De autoria dos deputados Luiz Paulo (PSD) e Guilherme Delaroli (PL), a norma obriga a autarquia a publicar relatórios semestrais detalhados na internet. Os documentos devem conter o Plano Anual de Investimentos, taxas de juros, custos de gestão e a identificação das instituições financeiras, visando proteger os recursos de aposentadorias. A gestão do Rioprevidência divulgará periodicamente o extrato de todas as aplicações financeiras.

Veto do governador em exercício

O governador em exercício, Ricardo Couto, vetou os trechos que limitavam as aplicações do fundo a bancos públicos federais. O Executivo justificou que a restrição prejudicaria a concorrência e a diversificação da carteira. A gestão reforçou que o plano de 2026 já prevê critérios técnicos de governança e controle de riscos, garantindo a segurança dos ativos.

Novo presidente

A Comissão de Economia da Alerj elegeu, por unanimidade, o deputado Filipe Soares como presidente do colegiado nesta quinta. O parlamentar destacou o foco na segurança jurídica e no desenvolvimento do Rio. A vice-presidente, Célia Jordão, defendeu audiências públicas com setores produtivos para debater o comércio.

IA no trabalho

A Alerj aprovou o projeto de lei que cria a Política de Aprendizado para a Interação entre Trabalhadores e Inteligências Artificiais. A proposta do deputado Arthur Monteiro foca na capacitação digital e prevê programas de requalificação, via Faetec, para funções afetadas pela automação. O texto segue para sanção.

Doação de órgãos

O Rio de Janeiro conquistou a segunda maior taxa de autorização familiar para doação de órgãos do país, com 67% de aceitação em 2025. O índice divulgado pela ABTO supera a média nacional de 55%. Segundo a Secretaria de Saúde, o resultado reflete o Plano Estadual de Transplantes e o treinamento de equipes.

Ensino de Libras

O Governo do Rio e a Fundação Cecierj abriram inscrições para um curso gratuito e inédito de aperfeiçoamento em Libras. Serão oferecidas 600 vagas, com 100 reservadas para professores da rede estadual. A formação será a distância, com duração de sete meses, visando fortalecer a inclusão de alunos surdos nas escolas.

Capacitação

Servidores de São Gonçalo concluíram a capacitação do programa estadual Fumaça Zero para prevenção e combate a incêndios florestais. O curso reuniu agentes da Defesa Civil, Guarda Municipal e Meio Ambiente. As aulas uniram teoria sobre legislação e práticas em campo para melhorar a resposta a queimadas na região.

Vias em ordem

A Operação Cabo Frio em Ordem fiscalizou o entorno das obras de drenagem e pavimentação na Rua Orlando Bragança, em Tamoios. A ação emitiu seis notificações por ocupação irregular de calçadas e vias com materiais e entulhos. A prefeitura realizou orientações e informou que denúncias podem ser feitas no disque 153.



Medida visa operações em alta capacidade em portos do Rio

Novo regime especial no RJ incentiva as importações

RioComex reduz o ICMS para aumentar a competitividade

Da Redação

O Estado do Rio de Janeiro contará com um novo mecanismo para estimular suas operações de comércio exterior e atrair investimentos. Foi publicada no Diário Oficial a Lei 11.192/26, que institui o Regime Diferenciado de Tributação para estabelecimentos de comércio exterior, batizado de RioComex. A legislação, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e sancionada pelo Executivo, terá validade até o dia 31 de dezembro de 2032.

A proposta permite ao território fluminense adotar incentivos fiscais semelhantes aos que já são praticados por estados concorrentes no setor, como Espírito Santo e Santa Catarina. Na prática, o texto reduz ou adia a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que atuam com a importação de bens acabados, desde que cumpram contrapartidas. Entre os produtos beneficiados estão eletrônicos, eletrodomésticos, medicamentos, materiais de construção, veículos e cosméticos. Ficam restritas mercadorias como café, cacau, minério de ferro e gasolina.

O principal benefício é o diferimento do ICMS nas importações, postergando o pagamento do imposto para o momento

em que a mercadoria circular dentro do estado. As empresas terão direito a crédito presumido em operações interestaduais de até 70% do valor do tributo devido mensalmente (ou 75% nas internas), além da redução da base de cálculo para que o imposto final resulte em 4%.

Para aderir, os negócios precisam estar habilitados no Siscomex da Receita Federal, manter regularidade fiscal e realizar o desembaraço aduaneiro em portos ou aeroportos do Rio de Janeiro. A adesão será feita via pedido na Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ). Empresas que já eram habilitadas pela regra anterior (Lei 9.025/20) poderão migrar automaticamente para o novo formato.

O Governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, vetou o trecho que permitia a empresas vindas do Simples Nacional a adesão imediata após o desligamento do regime simplificado, sob a justificativa de que a medida ultrapassaria os limites jurídicos do modelo do Espírito Santo, usado como base de reciprocidade. O RioComex busca reverter o cenário apontado pela Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (ABECE): o Rio responde por apenas 13% das importações do país, ocupando o 8º lugar no ranking nacional.

São Paulo amplia segurança na Virada Cultural de 2026

Operação mobiliza mais de 4 mil policiais militares, reforça plantões da Polícia Civil

Divulgação/Governo de SP

As forças de segurança do Estado de São Paulo irão reforçar o policiamento durante a 21ª edição da Virada Cultural, programada para os dias 23 e 24 de maio, na capital paulista. A operação contará com atuação integrada das Polícias Militar e Civil, além do apoio de unidades especializadas, monitoramento em tempo real e ampliação do efetivo em diferentes regiões da cidade. Segundo o planejamento divulgado pelas autoridades, aproximadamente 4,2 mil policiais militares e 900 viaturas serão mobilizados ao longo do fim de semana. O efetivo ficará distribuído em áreas de maior circulação de público, acessos aos palcos, corredores viários, terminais de ônibus, estações de metrô e pontos de embarque e desembarque.

O esquema operacional também envolverá equipes dos batalhões territoriais subordinados ao Comando de Policiamento da Capital, além do apoio do Comando de Policiamento de Choque, Comando de Trânsito, Corpo de Bombeiros, Comando de Aviação da Polícia Militar e do Centro de Operações da Polícia Militar (Copom). A atuação da Polícia Militar será concentrada nos arredores dos palcos e locais de apresentação, com patrulhamento a pé e motorizado. A estratégia prevê ainda o uso de câmeras fixas e móveis, drones operados pelos comandos regionais e torres de observação instaladas em pontos considerados



Efetivo ficará distribuído em áreas de maior circulação de público, acessos aos palcos e corredores

estratégicos para monitoramento do fluxo de pessoas.

De acordo com o tenente Máquel Crúvel, do Comando de Policiamento de Área Metropolitana 1, o planejamento foi elaborado de forma integrada para ampliar a prevenção criminal e garantir maior rapidez no atendimento de ocorrências durante o evento. Conforme o oficial, a operação busca aumentar a sensação de segurança

e assegurar tranquilidade ao público ao longo de toda a programação cultural.

A estrutura operacional contará ainda com uma Sala de Gerenciamento de Incidentes instalada junto ao Copom. O espaço reunirá representantes das unidades da Polícia Militar e de órgãos envolvidos na organização da Virada Cultural, permitindo acompanhamento simultâneo das ocorrências e adoção

imediate de medidas operacionais, quando necessário.

Além do policiamento ostensivo, a organização informou que serão utilizados gradis e tapumes em áreas de maior movimentação para auxiliar no controle do fluxo de pessoas e na orientação do público.

A Polícia Civil também terá atuação reforçada durante o fim de semana. As delegacias da capital funcionarão com plantões am-

pliados para garantir atendimento à população e maior agilidade no registro de ocorrências.

O Grupo Armado de Repressão a Roubos (Garra), vinculado ao Departamento de Operações Especiais (Dope), realizará ações preventivas nos arredores dos locais de shows e apresentações culturais. A prioridade será o combate a furtos e roubos de celulares, alianças, correntes e outros crimes patrimoniais frequentemente registrados em eventos de grande porte.

Além do policiamento preventivo, o Dope poderá prestar apoio às delegacias responsáveis pelas áreas onde ocorrerão as atividades da Virada Cultural e auxiliar operações conduzidas por unidades territoriais e especializadas.

Segundo o delegado Ricardo Farabulini, o objetivo é fortalecer a presença policial e ampliar a capacidade de resposta das equipes durante o evento. A expectativa das autoridades é garantir maior segurança para moradores, turistas e participantes da programação cultural distribuída em diferentes regiões da cidade. A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), ligada ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), também permanecerá de prontidão durante o evento. Em casos relacionados à competência da unidade, policiais civis estarão disponíveis para registrar boletins de ocorrência e prestar atendimento às vítimas.

Biometano em SP deve abastecer milhões de casas

Divulgação

O estado de São Paulo deve alcançar até o fim de 2026 a marca de 1 milhão de metros cúbicos diários de capacidade instalada para produção de biometano. O volume é suficiente para abastecer integralmente as 2,8 milhões de residências conectadas à rede de gás canalizado paulista, segundo dados apresentados durante encontro promovido pela InvestSP e pela Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), com apoio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

Atualmente, São Paulo concentra nove das 19 plantas de biometano em operação no país e responde por cerca de metade da produção nacional do combustível renovável. Outras 11 unidades estão em fase de autorização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A estimativa do

governo paulista é que o potencial total de produção no estado alcance 6,4 milhões de metros cúbicos por dia. Produzido principalmente a partir de resíduos agroindustriais e de aterros sanitários, o biometano é apontado como alternativa para reduzir emissões de gases de efeito estufa e substituir combustíveis fósseis em setores industriais e de transporte. A capacidade prevista para este ano equivale, segundo dados apresentados no evento, à substituição aproximada de 4 mil ônibus movidos a diesel.

Representantes da Semil destacaram que o crescimento do setor vem sendo impulsionado por políticas públicas estaduais e federais, além da modernização de processos regulatórios e ambientais. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informou que o tempo médio para licenciamento de

plantas foi reduzido para até 60 dias, com regras padronizadas para o segmento.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) também apontou avanços na integração do biometano às redes de distribuição de gás canalizado. Recentemente, foi aprovada a interconexão da planta instalada no aterro sanitário de Caieiras à rede da Comgás.

Durante o encontro, empresas e instituições apresentaram experiências de utilização do combustível renovável. A Natura informou que utiliza biometano em parte dos processos industriais e em toda a frota logística entre Cajamar e a Grande São Paulo. Já a Geo Bio Gas e Carbon destacou estudos para produção de combustível sustentável de aviação a partir de resíduos do setor sucroenergético.



Usina de biometano na cidade de Paulínia

CORREIO NORDESTE

Ascom Secria



O evento reúne gestores públicos de todo o país

Iniciativa de Alagoas é aprovada em congresso

A Secretaria de Estado da Primeira Infância de Alagoas (Secria) teve aprovado no XV Congresso de Gestão Pública do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que está sendo realizado até hoje, sexta-feira (22), em Fortaleza, o projeto "Pedagogia do Desconforto e Liderança Adaptativa como Estratégia de Capacitação Colaborativa na Gestão Pública", experiência desenvolvida entre 2024 e 2025 com foco no aprimoramento da cultura organizacional e na qualificação estratégica das lideranças da pasta. A secretária de Estado da Primeira Infância, Caroline Leite, participa do congresso ao lado da secretária executiva de Gestão Interna da Secria, Rhaissa Paz.

Agricultura familiar no RN

O fortalecimento das políticas públicas voltadas o desenvolvimento da agricultura familiar ganhou novos avanços no Rio Grande do Norte nesta semana, com uma ampla agenda promovida pelo Governo do Estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar na abertura da II Feira Estadual da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Somente em 2025, mais de 5 mil pessoas já foram beneficiadas

Cleber Rodriguez/GOVBA



A agenda contemplou encontro com ministro da saúde

Desenvolvimento regional na Bahia

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues cumpriu, nesta semana, uma extensa agenda institucional em Brasília, com foco no fortalecimento do diálogo federativo, na ampliação de investimentos e no avanço de ações estratégicas para o desenvolvimento da Bahia. Entre os compromissos, participou de encontro promovido pela União dos Municípios da Bahia (UPB) com prefeitos e a bancada federal do estado, além de audiências com representantes do Governo Federal para tratar de ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento baiano.

Asfaltamento no Piauí

O governador do Piauí, Rafael Fonteles realizou, na quinta-feira (21), uma visita técnica às obras de pavimentação asfáltica do programa Mais Asfalto, na zona leste de Teresina. A agenda ocorreu na Rua Netuno, no bairro Satélite, onde equipes do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí (DER-PI) executam serviços de mobilidade urbana e recapeamento asfáltico.

Clima

O governo do Piauí está reforçando medidas de prevenção e monitoramento diante da possibilidade de impactos do fenômeno El Niño no estado. A entidade trabalha em articulação com diferentes setores da gestão para reduzir riscos e preparar a população para possíveis alterações no regime de chuvas.

Segurança

Sergipe consolidou avanços expressivos, consistentes e históricos na Segurança Pública. Pelo terceiro ano seguido, o estado é considerado o mais seguro do Nordeste e figura entre os que mais evoluíram no país entre 2023 e 2025, refletindo resultados positivos, eficiência e maior sensação de segurança.

Economia

Seguindo no topo dos indicadores da economia no início de 2026, Pernambuco registrou o maior crescimento econômico do Brasil no primeiro trimestre deste ano, de acordo com dados do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) do Banco Central (BC), divulgados na última terça-feira (20).

Licitação

Com investimentos de R\$ 282 milhões, a governadora do RN, Fátima Bezerra e o ministro dos Transportes, George Santoro, abriram a nova fase do projeto de duplicação da BR-304, rodovia que interliga as duas maiores cidades do Rio Grande do Norte, em um percurso de quase 300km, aproximando a Grande Natal das demais regiões.

Esporte

Nas águas de Salinas, no Equador, a natação baiana brilhou na Copa Pacífico de Águas Abertas 2026, realizada entre os dias 11 e 16 de maio. A delegação contou com os atletas Anderson Santos e Lizian Simões, apoiados pelo Governo do Estado, por meio da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia.

Ação da polícia

Ações da Polícia Militar de Alagoas (PM-AL) realizadas pelo 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM) na quarta-feira (20), em Palmeira dos Índios, resultaram na apreensão de cerca de 2.000 pedras de crack, 194 papetes de maconha (na versão skank), 164 pinos de cocaína e cinco munições de calibre 28.



Comitiva iniciou inspeção técnica das obras pela Barragem

Rio São Francisco: obra no RN entra na reta final

Investimentos mudam a realidade hídrica do Nordeste

Reynaldo Rodrigues

O avanço das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) no Rio Grande do Norte esteve no centro da agenda cumprida durante esta semana pelo ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. A visita integra a iniciativa Caminho das Águas, que acompanha empreendimentos voltados ao reforço da segurança hídrica no Nordeste brasileiro.

Ao lado de equipes técnicas do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), o ministro esteve no Túnel Major Sales, no Rio Grande do Norte, estrutura que integra o Ramal do Apodi, uma das principais frentes de expansão do PISF. Durante a agenda, Waldez Góes também visitou a Barragem do Redondo, na Paraíba, e o Túnel Saco dos Bois, no Ramal do Salgado, no Ceará.

Túnel Major Sales

Localizado na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba, o túnel tem 6,5 mil metros de extensão. A escavação foi concluída no início de abril, faltando apenas o piso e obras complementares no trajeto até Pau dos Ferros. Fundamental para o abastecimento da Região Oeste, o ramal tem capacidade de transportar até 40 metros cúbicos por segundo. A infraestrutura vai perenizar os rios Apodi/Mossoró e Umari,

garantindo abastecimento humano, industrial e agrícola, fortalecendo o desenvolvimento regional e beneficiando comunidades e atividades ao longo de todo o percurso.

Durante a visita, ao lado da governadora Fátima Bezerra, o ministro Waldez Góes destacou que a finalização da obra garantirá segurança hídrica para toda a região. "Hoje passamos aqui para fiscalizar esse empreendimento, que levará água para matar a sede, garantir renda e fortalecer a produção de alimentos para toda a população do Rio Grande do Norte", afirmou.

Enquanto caminhavam pelo interior do túnel, a governadora agradeceu diversas vezes ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ela, o presidente esteve na obra em 2023, ainda no início da execução, e hoje demonstra satisfação com os resultados do investimento do Governo Federal. "Com a entrega do Túnel Major Sales e do Ramal do Apodi, o Rio Grande do Norte será 100% contemplado com a transposição do Rio São Francisco", concluiu a governadora.

Contexto

As obras da transposição foram iniciadas em 2007 para levar água do São Francisco a regiões secas do Nordeste. Composta por dois eixos, já em operação, os canais transportam água por 477 quilômetros para Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

CORREIO NORTE

Ascom Amapá



Os professores vão atuar em cursos como Enfermagem

Amapá lança chamada para cadastro de professores

O Governo do Amapá lançou uma chamada pública para o cadastro de professores da educação profissional e tecnológica. A partir do cadastro, os profissionais poderão ser chamados para atuar em um dos Centros de Educação Profissional do Estado e nas escolas com Ensino Médio Técnico. As inscrições começam nesta sexta-feira, 22, e seguem até 29 de maio.

O cadastro busca professores que possam lecionar nos cursos profissionalizantes atualmente ofertados pela rede estadual de ensino, como Enfermagem, Administração, Engenharia Elétrica, entre vários outros. Podem se cadastrar no banco de profissionais todos os interessados que atendam a formação necessária.

Clima em pauta no Norte do país

Na sexta-feira (22), persiste a previsão de pancadas de chuva acompanhadas de trovoadas em grande parte da Região. Os maiores acumulados de chuva são esperados no Amapá, Roraima, centro norte do Amazonas e Pará, com volumes que podem ultrapassar 70 mm em algumas localidades. Nos estados do Acre, Tocantins e Rondônia há baixa possibilidade de chuva, com temperaturas que variam entre 18°C em Rio Branco e 35°C em Palmas.

Ascom PR



A programação inclui palestras e debates

Rede de proteção no Pará

Com uma mensagem de mobilização coletiva e fortalecimento da rede de proteção à infância, a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará iniciou hoje o Seminário Estadual Maio Laranja. A programação segue até amanhã, dia 22, reunindo profissionais da saúde, educação, assistência social, justiça, segurança pública e representantes de instituições parceiras em torno do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A abertura do evento começou com uma apresentação cultural do coral da Fundação Santa Casa de Misericórdia.

Ação d polícia em Rondônia

O governo de Rondônia participou da 11ª fase da Operação "Mute", que contou com ações simultâneas em unidades prisionais. Em Porto Velho, a operação ocorreu na Penitenciária de Médio Porte – Pandinha, com objetivo de reforçar o controle nas unidades, impedir comunicações ilícitas e enfraquecer organizações criminosas, tanto dentro quanto fora do sistema prisional.

Gestão

O governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), participa do XV Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), realizado em Fortaleza (CE). Com o tema central "Governo Digital e Governança Interativa".

ICMS

Para fortalecer o ambiente de negócios durante a maior feira de agronegócio da Região Norte, oferecendo mais flexibilidade financeira aos expositores e incentivando novos investimentos, o governo de Rondônia ampliou o prazo para pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Concurso

O concurso público da Assembleia Legislativa de Roraima (ALERR) registrou 32.659 inscrições homologadas para os cargos de níveis médio e superior ofertados no certame. A relação de candidatos e a concorrência por vaga foram divulgadas pela banca organizadora, a Fundação Carlos Chagas (FCC).

Protagonismo

O Acre se tornou palco de importantes discussões sobre equidade, liderança e valorização das mulheres nas forças de segurança com a realização do 11º Encontro Nacional de Bombeiros Militares (Enbom), que teve início na quarta-feira, 20, e vai até hoje, sexta-feira, 22, no Teatro Universitário da Universidade Federal do Acre.

Saúde

O governo do Amapá encerra o segundo dia de treinamento sobre gestão de leitos no Hospital Estadual de Santana, conduzido por especialistas do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo. A capacitação integra o projeto "Lean nas Emergências", iniciativa do Ministério da Saúde alinhada com a Secretaria de Saúde.

Kits

A governadora do Acre, Mailza Assis, realizou a entrega de 10.232 kits escolares e assinou as ordens de serviço para manutenção predial das escolas estaduais rurais Recife I, Santa Luzia II e Charles Santos. A iniciativa reforça o compromisso do governo estadual com a melhoria da educação e da infraestrutura escolar.



Atualmente, essa região do Brasil conta com quatro hidrovias

Hidrovias ativas ligam comunidades no Norte

Rios como Amazonas exercem papel estratégico na logística

Fundamentais para a integração logística brasileira, para o abastecimento de produtos e serviços a populações ribeirinhas e para o agronegócio, as hidrovias são alternativas mais eficientes, econômicas e sustentáveis de transporte, especialmente em regiões onde esse meio é uma das poucas opções de transporte (em alguns casos, a única opção). No Norte do Brasil, os rios também representam a principal via de deslocamento de pessoas e abastecimento de comunidades.

Atualmente, essa região do Brasil conta com quatro hidrovias, que são administradas pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit): a HN-100 Rio Amazonas, a HN-117 Rio Madeira, a HN-132 Rio Solimões e a Hidrovia do Tapajós/Teles Pires (HN-106 Rio Tapajós/HN-110 Rio Teles Pires). Todas elas são responsáveis por conectar municípios, impulsionar o comércio e garantir o escoamento da produção agrícola e mineral.

Segundo o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, a navegação interior ocupa papel central na estratégia logística e ambiental do país. "Ao modernizar as hidrovias, fortalecemos a logística nacional, reduzimos impactos ambientais e ampliamos oportunidades nos territórios ribeirinhos. Os rios

aproximam pessoas, serviços e mercados, promovendo inclusão e qualidade de vida", destaca.

A HN-100 Rio Amazonas é a principal via de transporte do Norte. Com 1.646 km de extensão, responde por 65% de toda a carga movimentada na região e transporta, anualmente, cerca de 50 milhões de toneladas. Navegável durante o ano todo, inclusive em períodos de estiagem, conecta cerca de 70 terminais e atende 9,2 milhões de pessoas, nos estados do Amazonas, Amapá e Pará. Pela via circulam combustíveis, produtos regionais, grãos, minérios, celulose, bauxita e caulim, além de ser fundamental para o comércio externo do Norte do país.

Já a HN-117 Rio Madeira é estratégica para o escoamento de soja, milho e açúcar produzidos no Centro-Oeste. Com 1.060 km navegáveis entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), a hidrovia atende cerca de 781 mil pessoas e mantém operação durante todo o ano. Além da produção agrícola, a via garante o abastecimento de combustíveis e mercadorias essenciais aos municípios ribeirinhos. A HN-132 Rio Solimões também exerce papel decisivo na integração regional. Com 1.630 km de extensão, ele atravessa 87 municípios e conecta áreas dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. A hidrovia permite o deslocamento de passageiros.

CORREIO SUL

Thiago Kaue/SecomGOVSC



Medida antecipa ações diante de eventos extremos

SC decreta alerta climático preventivo para o El Niño

Santa Catarina assinou um decreto de alerta climático para ampliar ações preventivas diante da possibilidade de chegada do El Niño entre julho e agosto. A medida permite o pré-posicionamento de equipes em áreas vulneráveis, contratações antecipadas de equipamentos e itens humanitários e definição de critérios para decretos de situação de emergência ou calamidade pública. Segundo a Defesa Civil, o estado está em neutralidade climática, mas há 80% de probabilidade de início do fenômeno nos próximos meses. O decreto não configura emergência e tem como objetivo agilizar ações de monitoramento, prevenção e resposta a enchentes, deslizamentos e inundações em diferentes regiões do estado.

PR desmonta esquema de sextorsão

A Polícia Civil do Paraná prendeu cinco pessoas na quinta-feira (21) durante uma ação contra um grupo investigado por sextorsão (extorsão diante de conteúdos sexuais). Os mandados foram cumpridos em Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. A investigação começou após uma moradora de Palmas (TO) perder mais de R\$ 60 mil ao ser enganada por um perfil falso nas redes sociais. Celulares foram apreendidos e passarão por perícia.

Divulgação/Prefeitura de Joinville



Esporte é exclusivo para pessoas com deficiência visual

SC: Joinville terá Copa de Goalball

Joinville (SC) recebe entre sexta-feira (22) e domingo (24) a Copa Sul de Goalball, no Ginásio de Esportes da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Organizado pela Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais (Ajidevi), o torneio reúne 20 equipes, cerca de 150 atletas e 30 integrantes de comissões técnicas. A competição serve como preparação para o Campeonato Regional Sul, classificatório ao Brasileiro da modalidade. A programação prevê 32 partidas, a cerimônia de abertura no sábado (23), às 9h, com entrada gratuita ao público.

Paraná mira mercado chinês

O Viaje Paraná participará da feira ITB China, em Xangai, entre terça (26) e quinta-feira (28), para divulgar destinos do estado ao mercado asiático. Será a primeira ação do turismo paranaense no país. Segundo a Embratur, as buscas de chineses por viagens ao Brasil cresceram 130% neste ano. Em 2025, mais de 21 mil visitantes da China passaram pelo Parque Nacional do Iguaçu.

Editais

A prefeitura de Santa Maria (RS) lançou três editais com recursos da Política Nacional Aldir Blanc para apoiar a cultura. As seleções somam mais de R\$ 1,8 milhão para projetos, iniciativas continuadas e premiações. As inscrições seguem abertas até 30 de junho. Mais informações no site da prefeitura.

Vacinação

Em Joinville (SC) haverá vacinação no fim de semana em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Festival Literário de Santa Catarina. No sábado (23), cinco UBSs atendem das 8h às 16h com doses contra gripe. As equipes atuarão no evento, no Centreventos Cau Hansen, das 10h às 19h, no sábado e domingo (24).

Museus

O Museu de Arte de Londrina, a Casa da Criança e o Museu do Café mantêm a programação especial, entre sexta-feira (22) e domingo (24), pela 24ª Semana Nacional de Museus. Em Londrina (PR), o Museu de Arte recebe grupos do SESC na sexta-feira, com visitas guiadas a exposições após reabertura do espaço.

Mutirão

Moradores de loteamentos da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab/RS) nos bairros Rubem Berta e Costa e Silva poderão regularizar imóveis em mutirão gratuito na segunda (25) e na terça-feira (26), em Porto Alegre (RS). O atendimento será das 9h às 16h. As equipes vão orientar e analisar documentos.

Data-base

A prefeitura de Blumenau (SC) apresentou nova proposta na negociação da data-base 2026, incluindo o pagamento de auxílio-alimentação durante férias, licenças e no 13º salário. A oferta mantém o reajuste de 4,11%, com aplicação na folha de maio. O município propôs reenquadramentos a partir de fevereiro de 2027.

Aeroporto

O Aeroporto Regional de Maringá (PR) terá um novo voo para Guarulhos (SP) operado pela Latam a partir de 13 de agosto. A rota começa com três frequências semanais e passa a ser realizada diariamente em setembro. O terminal ampliará pousos e decolagens de 96 para 114 em agosto e para 138 em setembro.



Eduardo Leite determinou o início de um fluxo de governança

Governo do RS antecipa ações para El Niño intenso

Defesa Civil reforça ações em áreas de maior risco no estado

O governo do Rio Grande do Sul promoveu reunião com a Defesa Civil Estadual para atualização dos prognósticos climáticos para os próximos meses.

O governador Eduardo Leite (PSD) determinou a antecipação do fluxo de governança integrada com municípios sob maior risco de impactos climáticos diante do prognóstico de El Niño intenso a partir da primavera. Os dados mais recentes dos modelos meteorológicos indicam um rápido aquecimento do Oceano Pacífico, elevando para 83% a probabilidade de que a temperatura no Pacífico atinja entre 1,5°C e 2°C acima da média, o que caracterizaria um evento de intensidade.

“A ocorrência de um El Niño intenso se aproxima hoje de um consenso técnico. Não há dúvida de que enfrentaremos um período de maior instabilidade climática. Mas também não há dúvida de que o estado está hoje muito mais preparado do que esteve no passado”, destacou Leite.

A meteorologista da Defesa Civil, Cátia Valente, apresentou os dados que mostram um aquecimento acelerado do Pacífico: a temperatura saltou de -0,4°C no final de 2025 para 0,5°C já em maio deste ano, patamar que caracteriza o início do El Niño.

Além disso, o aquecimento anômalo do Oceano Atlântico aumenta a probabilidade de formação de frentes frias e ciclones extratropicais, fator que pode

potencializar os impactos a partir do segundo semestre de 2026.

“Fizemos investimentos históricos no fortalecimento da Defesa Civil, ampliamos equipes, tecnologias e capacidade de monitoramento. Mas, para além da resposta no momento da crise, estamos atuando desde já na preparação e na proteção das comunidades, chamando os prefeitos para que estejam atentos e prontos para colocar em ação as medidas de contingência sempre que necessário, com o objetivo primordial de preservar vidas”, afirmou o governador.

Cátia Valente comparou que, a partir das condições oceânicas atuais, o cenário, neste momento, é semelhante ao observado em 2023, embora ainda passível de alteração passado o período de transição do outono.

No entanto, ela fez questão de destacar: o El Niño sozinho não permite afirmar que eventos climáticos extremos ocorrerão. As consequências dependem da combinação com outros fatores, como bloqueios atmosféricos, cuja previsão com meses de antecedência não é possível.

“Ainda não podemos dizer exatamente quais consequências teremos. Mas é certo que algum tipo de transtorno será enfrentado. Por isso, a antecipação é nossa principal ferramenta”, conforme reforçou o coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil, coronel Luciano Bocira.

CORREIO NO MUNDO

Reprodução/ X @netanyahu



Rubio diz que acordo pacífico não é provável no momento

Cuba aceita ajuda de US\$ 100 milhões dos Estados Unidos

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou nesta quinta (21) que o regime de Cuba aceitou a ajuda de US\$ 100 milhões oferecida pelo governo de Donald Trump à ilha caribenha. O regime liderado por Miguel Díaz-Canel já havia sinalizado durante a última semana que avaliava aceitar a oferta americana. Segundo a imprensa dos EUA, Trump ofereceu o dinheiro com a contrapartida de que este será repassado à Igreja Católica, que será, portanto, a responsável por ele no território cubano. Ainda não estão evidentes outras possíveis contrapartidas que o acordo entre os países engloba. Apesar disso, Rubio afirmou que a probabilidade de um acordo pacífico e negociado entre os países não é alta nesse momento.

Acordo, porém, não está próximo

Segundo ele, os EUA sempre preferem a solução pacífica. Sem detalhar que tipo de acordo se referia, porém, afirmou: "Sendo honesto, a probabilidade de isso acontecer, considerando com quem estamos lidando agora, não é alta. Mas se eles mudarem de ideia, estamos aqui. E, enquanto isso, continuaremos fazendo o que for necessário". Rubio, filho de imigrantes cubanos, havia publicado um vídeo em que oferecia o dinheiro como "novo caminho" ao povo cubano.

Cancillería Ecuador via Wikimedia Commons



Bruno Rodríguez chamou Marco Rubio de mentiroso

Chanceler cubano critica Rubio

Mais tarde nesta quinta, o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, afirmou que Rubio está provocando uma agressão militar e falsamente classificando Cuba de Estado patrocinador do terrorismo. "As mentiras do secretário de Estado dos EUA novamente instigam uma agressão militar que provocaria o derramamento de sangue cubano e americano", afirmou.

O chanceler disse ainda que Havana não é um ameaça à segurança dos EUA e acusou Washington de provocar intencionalmente o colapso econômico na ilha.

Ameaça à segurança nacional

O governo Trump fez a oferta após meses de crise generalizada em Cuba, que sofre com falta de combustíveis e, consequentemente, de energia elétrica. Os EUA impuseram um bloqueio de petróleo em janeiro que agravou a situação econômica e humanitária da ilha. Washington afirma que a ilha representa uma ameaça à segurança nacional.

Por Gabriel Barnabé (Folhpress)

China repudia EUA

A China denunciou o "abuso dos meios judiciais", depois que os Estados Unidos indiciaram, na quarta-feira, o ex-líder de Cuba Raúl Castro pela derrubada de dois aviões em 1996. "Os Estados Unidos deveriam parar de brandir o bastão das sanções e o bastão judicial contra Cuba e parar de ameaçar com o uso da força a cada passo".

Raúl Castro

"A China sempre se opôs firmemente às sanções unilaterais ilegais, que carecem de fundamento no direito internacional e se opõe ao abuso dos meios judiciais. Se opõe às pressões exercidas por forças externas contra Cuba, sob qualquer pretexto", declarou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês Guo Jiakun.

Soberania

"A China apoia firmemente Cuba na defesa de sua soberania e dignidade nacionais e se opõe à interferência externa", acrescentou. Raúl Castro, 94, foi indiciado pelo assassinato de quatro pessoas, conspiração para matar cidadãos americanos e destruição de aeronaves em 1996, quando era ministro da Defesa do regime cubano.

Rússia reprova

A Rússia também expressou sua reprovação à ação americana. "Acreditamos que a pressão exercida sobre Cuba não pode ser tolerada. Acreditamos que, sob nenhuma circunstância, tais métodos —métodos de violência— devem ser usados contra ex-chefes de Estado ou chefes de Estado em exercício", disse Dmitri Peskov. "Não aprovamos isso", acrescentou.

Itamaraty

O Itamaraty convocou a chefe da embaixada de Israel no Brasil, Rasha Athamni, para cobrar explicações sobre o vídeo em que ativistas aparecem com as mãos amarradas e as testas apoiadas no chão. Quatro brasileiros fizeram parte da flotilha, que foi interceptada pelas forças de Tel Aviv no mar Mediterrâneo.

Indignação

A publicação, que mostra o tratamento dado a estrangeiros que integravam uma flotilha com destino à Faixa de Gaza, foi feita pelo ministro da Segurança Nacional de Israel, o extremista Itamar Ben-Gvir, e provocou uma avalanche de críticas internacionais.

Por Ricardo Della Coletta (Folhpress)



Lançador de míssil intercontinental Iars participa de exercício

Rússia faz ameaça nuclear e acende alerta

Exercício nuclear foi a maior manobra desde a Guerra Fria

Igor Gielow (Folhpress)

A Rússia voltou a escalar sua retórica atômica nesta quinta-feira (21), dia em que encerra os maiores exercícios nucleares desde o fim da Guerra Fria. Tal manobra "sempre é um sinal", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. Os Estados Unidos, por sua vez, fizeram um teste de rotina de seu principal míssil nuclear, o Minuteman-3, na véspera. O ensaio estava programado havia meses, mas em ocasiões anteriores os EUA já cancelaram lançamentos para evitar escalar tensões.

Elas estão altas na Europa. A admissão de Peskov, enquanto óbvia, é inusual. A praxe quando forças estratégicas são mobilizadas é dizer que as manobras são rotineiras e direcionadas apenas a cenários de autodefesa. Assistindo às manobras por vídeo, o presidente Vladimir Putin ainda contemporizou, dizendo que as armas são "um último recurso". Mas o recado estava dado.

A fala ocorre em meio ao crescente atrito entre os russos e os Estados Bálticos, membros do flanco leste da Otan que são os mais frágeis e expostos elos da aliança militar ocidental. Nesta semana, houve uma intensa troca de acusações entre Moscou e as capitais vizinhas, além de um renovado alarme com incursões de drones. Pela segunda vez e após incidentes similares na Letônia e na Lituânia, a Estônia decretou nesta quinta um alerta de invasão de seu espaço aéreo.

Novamente, caças da Otan que

ajudam a patrulhar os céus dos países do Báltico, que não têm Força Aérea própria, foram acionados. Desta vez, contudo, não houve abate ou identificação da origem do avião-robô.

Eles provavelmente eram drones lançados pela Ucrânia, como ocorreu anteriormente. A novidade é que os países bálticos acusam agora a Rússia de desviar intencionalmente os aparelhos com medidas eletrônicas, visando causar confusão na vizinhança.

De seu lado, o Kremlin também escalou a retórica. Nesta quinta, reafirmou que a Estônia e outros vizinhos estão permitindo que a Ucrânia use seu território e espaço aéreo para lançar ataques contra a infraestrutura energética e cidades russas.

O secretário-geral da Otan, o holandês Mark Rutte, classificou a afirmação de ridícula. Já a chancelaria russa afirmou em nota que o fato de ser integrante da aliança não protegerá os bálticos de retaliação.

Segundo uma pessoa próxima ao governo ouvida pela reportagem em Moscou, o tom de ameaça por ora é só isso, mas ecoa um temor corrente na elite do país de que Putin possa tentar algum tipo de ação contra os Estados Bálticos, particularmente a mais exposta Estônia, enquanto Donald Trump ainda estiver no poder. O descompromisso crescente do republicano com os aliados da Otan poderia favorecer um teste de estresse com a aliança. Contra ele há o risco da Terceira Guerra Mundial, nuclear por definição.

CORREIO ESPORTIVO

Fotojump/ Rio Open



Chaveamento de Roland Garros foi realizado na quinta (21)

João Fonseca pode enfrentar Djokovic em Roland Garros

Pela primeira vez cabeça de chave em um torneio Grand Slam, o tenista brasileiro Joao Fonseca conheceu seus possíveis adversários em Roland Garros, em Paris. Um deles pode ser o multicampeão sérvio Novak Djokovic, caso avance à terceira rodada do Grand Slam. Na estreia, o carioca de 19 anos terá pela frente um adversário vindo do qualificatório ou lucky-loser (quando um perdedor na fase final do quali herda a vaga após desistência de um tenista da chave principal). Torneio com os principais tenistas do mundo começa no próximo domingo (24) e vai até 7 de junho. Único representante brasileiro na chave de simples masculina, Fonseca será cabeça de chave número 28. O chaveamento foi definido por sorteio.

Fonseca pode pegar promessa croata

Caso ganhe a estreia, Fonseca medirá forças contra outro qualifier ou lucky-loser. Outro possível adversário na segunda rodada será o jovem croata Dino Prizmic, de 20 anos, que eliminou Djokovic na segunda rodada do Masters 1000 de Roma. Na projeção para as oitavas de final, está o norueguês Casper Ruud (17º), recém vice-campeão no Masters de Roma, ou o norte-americano Tommy Paul (26º)

Por Agência Brasil
Al-Nassr FC

Cristiano Ronaldo fez 2 gols na goleada sobre o Damac

Al-Nassr, de CR7, é campeão Saudita

A espera acabou. No Al-Nassr desde dezembro de 2022, o atacante português Cristiano Ronaldo enfim conquistou o Campeonato Saudita com a equipe. O título veio com a goleada por 4 a 1 sobre Damac. O Robozão marcou 2 gols, chegando a 973 gols oficiais na carreira. Ele segue na contagem rumo ao milésimo gol. Ao fim da partida, o craque português foi visto às lágrimas com seu 36º título na carreira. Pioneiro na movimentação de craques da Europa para a Arábia Saudita, CR7 era o único grande astro a ainda não ter conquistado o 'Saudita'.

Conmebol dá os pontos ao Flamengo

A Conmebol deu os três pontos da partida da fase de grupos da Libertadores contra o Independiente Medellín para o Flamengo. O jogo foi suspenso há duas semanas devido a tumultos dos torcedores do clube colombiano nas arquibancadas. Com isso, o Rubro-Negro, já classificado para as oitavas de final, abre uma vantagem inalcançável na liderança do Grupo A, somando 13 pontos.

Fórmula 1

A quinta etapa da Fórmula 1 2026 acontece neste fim de semana, no GP do Canadá, em Montreal. A etapa acontece entre 22 e 24 de maio. Nesta sexta (22), o treino livre começa às 13h30. Às 17h30, será a vez da classificação da Sprint. No sábado (23), a Sprint começa às 13h. Às 17h, ocorrerá a classificatória.

GP do Canadá

A corrida principal será realizada no domingo (24), a partir das 17h. O GP do Canadá não terá transmissão na TV aberta, apenas na TV por assinatura (Sport 3) e no streaming, por meio do Globoplay Premium e pela F1 TV. Com 70 voltas, o circuito Gilles Villeneuve é um dos maiores da temporada 2026 da Fórmula 1.

Mudança no horário

Jogo decisivo para o Vasco na Copa Sul-Americana 2026, o confronto com o Barracas Central, da Argentina, em São Januário, foi adiantado pela Conmebol. Agendado para as 21h30 de quarta (27), o jogo foi adiantado em 2h30. A partida ocorrerá no mesmo dia, mas às 19h. Não foi apresentada uma justificativa.

Danilo em foco

Principal nome do Botafogo na temporada, o volante Danilo deve deixar o Glorioso após a Copa do Mundo. Rumores apontam que o Palmeiras, clube formador do volante, é um dos interessados. A presidente alviverde, Leila Pereira, porém, negou que existam negociações em curso com o Glorioso. "Não é o momento", disse a mandatária.

Zenit quer Vitinho

Praticamente desistindo da contratação do lateral-direito Matheusinho, do Corinthians, o Zenit, da Rússia, vai voltar seus esforços para a contratação do lateral Vitinho, do Botafogo. Sabendo do interesse, o Glorioso acertou as pendências que tinha com o jogador para evitar que ele acionasse o clube na justiça e saísse de graça.

Flu está de olho

Bolívar x Independiente Rivadavia não será mais na altitude de La Paz. A Conmebol tirou o jogo da capital alegando questões de segurança. O jogo será no estadio Ramón Aguilera Costas, em Santa Cruz de la Sierra. O jogo interessa ao Fluminense. Se o Bolívar vencer, o Tricolor estará eliminado da Libertadores.



Neuer vai jogar sua quinta Copa do Mundo com a Alemanha

Aos 40 anos, Neuer jogará a Copa do Mundo 2026

Goleiro será o jogador mais velho a defender a Alemanha no torneio

Luciano Trindade (Folhapress)

Não estava nos planos de Manuel Neuer disputar a Copa do Mundo de 2026. Ele já estava conformado com sua aposentadoria da seleção da Alemanha desde 2024, quando disputou a Eurocopa e se despediu. Mas acabou convencido a mudar de ideia em um movimento que contou com a pressão de alguns velhos colegas de equipe e, sobretudo, com a iniciativa do técnico Julian Nagelsmann.

Aos 40 anos, o experiente goleiro representará seu país novamente na condição de titular. Foi assim nas quatro Copas do Mundo em que ele atuou, desde sua estreia em 2010, passando pelo auge com o título na edição de 2014, seguido pelas eliminações na fase de grupos em 2018 e 2022.

Com 124 participações, Neuer é o goleiro com mais jogos pela seleção na história.

Desde que ele deixou de ser convocado, várias nomes tentaram se firmar na posição, como Alexander Nübel, Kevin Trapp, Finn Dahmen, Stefan Ortega, Janis Blaswich e Bernd Leno. O que mais conseguiu se destacar foi Oliver Baumann, que nutriu até esta quinta-feira (21) a esperança de ser o titular no Mundial.

Embora tenha dito várias vezes nos últimos meses que a Alemanha não tinha um problema no gol, levar Neuer para a Copa mostra que Nagelsmann não estava tão convencido de suas próprias declarações. Ele fez até um esforço

para superar uma velha desavença com o atleta, dos tempos em que o comandou no Bayern. Na ocasião, houve um desentendimento ligado à demissão de Toni Tapalovic, preparador de goleiros preferido de Neuer.

O retorno à seleção começou a ser especulado no fim do ano passado e virou alvo de debate entre os alemães. Enquanto jogadores do atual elenco e antigos companheiros de Neuer na seleção defendiam a sua convocação, torcedores se mostravam divididos.

Uma pesquisa online realizada pelo Bild, um dos principais jornais da Alemanha, apontava até o início da tarde desta quinta que 59% dos 160.700 entrevistados preferiam que Baumann fosse mantido na vaga de titular.

Nagelsmann frequentemente é acusado de depositar muitas fichas em jogadores veteranos em vez de apostar em talentos emergentes. No caso dos goleiros, trocou um jogador de 35, Baumann, por um de 40, Neuer.

Neuer foi titular em mais uma temporada sólida do Bayern. As atuações do arqueiro lhe renderam a extensão de seu contrato por um ano. O acordo se deu justamente quando surgiram as primeiras especulações sobre o retorno à seleção.

Neuer, que será o titular na Copa do Mundo, vai se tornar o jogador mais velho a representar a seleção alemã em um grande torneio. O recorde pertence a Lothar Matthäus, que jogou a Eurocopa de 2000 com 39 anos.

Canoagem brasileira amplia parceria com Secretaria de Esporte do Rio

Confederação Brasileira de Canoagem impulsiona crescimento da modalidade no RJ

A Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa) celebra o fortalecimento da parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro (SEEL-RJ), que vem impulsionando projetos, competições e iniciativas de transformação do cenário da canoagem no estado. A colaboração tem desempenhado papel estratégico no desenvolvimento da modalidade, promovendo inclusão social, formação esportiva e a valorização do legado olímpico do Rio de Janeiro, legado que, em 2026, continua a render frutos expressivos no cenário internacional.

Entre os principais destaques está o projeto “Canoagem Para Todos – Dragon Boat”, realizado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, com patrocínio da Enel. A iniciativa funcionou como um laboratório socioesportivo educacional gratuito no Parque Olímpico Radical de Deodoro, atendendo mais de 400 pessoas ao longo de um ano, entre crianças, jovens e adultos da Zona Oeste do Rio.

Interrompido durante a pandemia de Covid-19, o projeto foi reestruturado e retomado graças ao suporte da SEEL-RJ, que atendeu às demandas da CBCa para garantir sua continuidade e ampliação.

Outro avanço importante ocorreu por meio da aplicação de recursos de Contrapartida Social, que viabilizou projetos fundamentais para o fortalecimento da canoagem olímpica no Brasil. Um dos marcos dessa agenda foi o Campeonato Brasileiro de Canoagem Descida de 2025, realizado em julho, em Santo Antônio de Pádua (RJ). A competição reuniu atletas olímpicos e os



Divulgação

Parque Olímpico de Deodoro tem estrutura de primeiro mundo para treino de Canoagem

principais nomes do ranking nacional, movimentando a região conhecida como Águas do Noroeste e fortalecendo o turismo esportivo local.

Ainda em 2025, o Parque Olímpico de Deodoro recebeu o Campeonato Brasileiro de Canoagem Slalom e Caiaque Cross, evento que atraiu grande público, contou com transmissão ao vivo e apresentou elevado nível técnico, reafirmando o potencial do complexo olímpico como centro nacional da modalidade.

Já neste ano, a edição de 2026 do Campeonato Brasileiro de Canoagem Descida foi sediada em Casimiro de Abreu, entre os dias 26 e 29 de março. O evento reuniu cerca de 150 atletas profissionais e teve papel estratégico como seletiva para o Campeonato Mundial de Canoagem Descida 2026, dispu-

tado neste mês de maio, em Banja Luka, na Bósnia e Herzegovina. O brasileiro Willian Huck foi convocado para representar o país na competição, reforçando a presença nacional no cenário internacional da modalidade.

Os resultados de alto rendimento, aliás, têm colocado o Brasil em evidência no cenário mundial. Em agosto de 2025, Ana Sátilla conquistou duas medalhas de bronze no Campeonato Mundial de Canoagem Sprint e Paracanoagem, em Milão (Itália), nas categorias canoa single feminino (C1) e kayak cross. Em maio de 2026, o baiano Isaquias Queiroz, tricampeão olímpico, venceu os 500 metros da categoria C1 na etapa de Brandemburgo, na Alemanha, da Copa do Mundo de canoagem e paracanoagem, su-

bindo ao topo do pódio. Na mesma competição, a delegação brasileira também conquistou medalha de bronze em Szeged, na Hungria, somando pontos importantes no ranking classificatório para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028.

O desempenho da canoagem brasileira é sustentado por um expressivo volume de investimentos. Dados da CBCa apontam que as leis de incentivo ao esporte, Agnelo Piva e Lei de Incentivo ao Esporte, destinam atualmente R\$ 171 milhões para a modalidade no país. Somente na Bahia, o investimento público entre 2023 e 2025 foi de R\$ 27,4 milhões, com oito atletas baianos representando o Brasil nas etapas da Copa do Mundo de Canoagem Velocidade e Paracanoagem em 2026. Em nível nacional,

a CBCa também tem utilizado recursos de contrapartida social de patrocínios estaduais para financiar competições e projetos de base.

Na sequência dessa agenda de crescimento, a CBCa prepara as Clínicas Gratuitas de Canoagem Descida, Slalom e Cross em Itaocara (RJ), previstas para junho, no Rio Paraíba do Sul. A ação, desenvolvida com apoio da SEEL-RJ, oferecerá atendimento gratuito para aproximadamente 150 participantes, promovendo integração, iniciação esportiva e desenvolvimento técnico da modalidade.

Para o presidente da CBCa, Rafael Giroto, a parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem sido decisiva para a evolução da canoagem no país.

“É fundamental reconhecer e agradecer o apoio contínuo da Secretaria de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, que tem sido uma grande parceira da CBCa. Nosso reconhecimento ao ex-secretário Rafael Picciani, essencial na retomada de projetos importantes como o Canoagem Para Todos – Dragon Boat, e também ao atual secretário Rodrigo Scorzelli, que demonstra grande comprometimento com o avanço da modalidade. Essa união de esforços vem gerando resultados concretos tanto no alto rendimento quanto no impacto social da canoagem”.

Com uma agenda consistente de eventos, projetos sociais e ações de desenvolvimento esportivo, a parceria entre CBCa e SEEL-RJ reforça o compromisso com o crescimento sustentável da canoagem brasileira e com a valorização do esporte como ferramenta de inclusão, cidadania e transformação social.

Médico aponta semelhanças entre lesões no futebol profissional e no amador

Por Pedro Sobreiro

Com a proximidade da Copa do Mundo 2026, que começará em 11 de junho, uma questão tem ligado o alerta no mundo do futebol: o aumento considerável de lesões nos atletas convocados.

Na Seleção Brasileira, por exemplo, nomes como Estêvão (Chelsea), Rodrygo (Real Madrid) e Éder Militão (Real Madrid), que eram presenças certas na lista final de Carlo Ancelotti, tiveram de ser cortados devido a lesões gravíssimas sofridas na reta

final da temporada europeia.

Mas as lesões não afetam apenas os brasileiros. Ekitiké (França), Xavi Simons (Holanda) e Gnabry (Alemanha) são nomes de grandes seleções que também perderão o Mundial em decorrência de lesões.

O motivo para esse aumento de lesões vem sendo debatido no meio esportivo com maior frequência. Apesar de não haver um consenso, há profissionais da área que comentam o acréscimo de jogos nos calendários internacionais, como o Super Mundial FIFA, realizado em 2025 nos



Raul Baretta/Santos FC.

Neymar sofreu uma pequena lesão contra o Coritiba e será poupado até a Copa do Mundo

EUA, como um dos motivos para esse maior desgaste dos atletas.

No entanto, o Dr. Tiago Simões Leite, diretor da Medplus,

observa que essas lesões de atletas profissionais são muito parecidas com as de pacientes que se lesionam na prática do futebol amador.

Para o médico, a causa da maioria dessas lesões se deve a uma “rotina de sobrecarga competitiva, recuperação inadequada e déficits musculares”, que, segundo ele “seguem sendo o tripé mais crítico no risco de lesões, mesmo em atletas de elite”.

“Os médicos recebem muitos casos de lesões comuns no futebol recreativo, como entorses de tornozelo, lesões de ligamento, rupturas musculares e problemas de menisco, oferecendo o tratamento cirúrgico quando necessário, mas também protocolos de reabilitação e educação do paciente”, salienta Tiago Simões Leite.

Para o médico, “equilíbrio de carga e prevenção personalizada continuam sendo os maiores aliados contra lesões, dentro e fora do campo”.

TEM SEMPRE UMA SALA VIP PERTO DE VOCÊ!

No Aeroporto de Brasília você pode escolher entre cinco Salas VIP para aguardar o seu voo.

Aeroportos
VIP
CLUB

SALA VIP DOMÉSTICA



SALA VIP EXPRESS SUL



SALA VIP EXPRESS NORTE



SALA VIP INTERNACIONAL



SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB



Acesse o QR Code e confira os serviços e as condições de acesso de cada uma.